Quinta-feira, 4 de dezembro de 2025 I Série — Número 36

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 3 DE DEZEMBRO DE 2025

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Joana Fernanda Ferreira de Lima

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 59 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.os 367 e 368/XVII/1.ª e de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados sobre a renúncia ao mandato e respetiva substituição de uma Deputada do PS, que foi aprovado.

Em declaração política, o Deputado Rui Afonso (CH) fez uma apreciação sobre o Orçamento do Estado para 2026, designadamente no que respeita à despesa pública e à situação económica do País, tendo respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Carlos Guimarães Pinto (IL), Alberto Fonseca (PSD) e Miguel Matos (PS).

Em declaração política, a Deputada Lia Ferreira (PS), a propósito do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, pronunciou-se sobre os direitos destas pessoas, tendo respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Isabel Mendes Lopes (L), Mariana Mortágua (BE), Rui Cardoso (CH), Isaura Morais (PSD), Paula Santos (PCP) e Joana Cordeiro (IL).

Em declaração política, o Deputado Mário Amorim Lopes (IL) defendeu a urgência de uma reforma na área da justiça, tendo apresentado propostas neste âmbito. Respondeu, de seguida, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Paulo Muacho (L), Vanessa Barata (CH), Paulo Lopes Marcelo (PSD), Paula Santos (PCP) e André Rijo (PS).

Em declaração política, o Deputado Rui Tavares (L) elencou as questões que estão na base da greve geral convocada para 11 de dezembro, recordando que este direito centenário foi usado com parcimónia desde o 25 de Abril. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Ana Bernardo (PS), Carla Barros (PSD), João Ribeiro (CH), Paulo Núncio (CDS-PP) e Paula Santos (PCP).

Em declaração política, o Deputado Alfredo Maia (PCP) criticou as medidas contidas no pacote laboral apresentado pelo Governo e os seus efeitos no Código do Trabalho, tendo depois respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados Hugo Oliveira (PS), Mariana Mortágua (BE), Rodrigo Saraiva (IL), Helga Correia (PSD), Pedro Pinto (CH) e Isabel Mendes Lopes (L).

Em declaração política, o Deputado Paulo Núncio (CDS-PP) elencou as medidas tomadas pelo Governo para reforço de pessoal e equipamentos nos três ramos das Forças Armadas, tendo depois respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados Patrícia Faro (PS), Nuno Simões de Melo (CH), José Lago Gonçalves (PSD), Patrícia Gonçalves (L) e Paula Santos (PCP).

A Deputada Cristina Vaz Tomé (PSD), em declaração política, mencionou a estratégia orçamental do Governo e as reformas fiscal, laboral e do Estado, e respondeu, de seguida, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Paulo Núncio (CDS-PP), Eduardo Teixeira (CH), Filipa Pinto (L), Paula Santos (PCP), Rodrigo Saraiva (IL) e Porfírio Silva (PS).

O Deputado Filipe Sousa (JPP), em declaração política, referiu-se à situação global do País e à confiança dos cidadãos nos intervenientes políticos. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados João Lopes Aleixo (CH) e Emanuel Câmara (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Muito boa tarde, vamos dar início à nossa sessão.

Eram 14 horas e 59 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade para abrirem as portas das galerias, para acesso do público.

Peço também ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o expediente de hoje e aos Srs. Deputados o favor de se acomodarem.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidos pelo Sr. Presidente, os Projetos de Resolução n.º 367/XVII/1.ª (PS) e n.º 368/XVII/1.ª (PSD).

Temos ainda um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, que nos dá conta da renúncia ao mandato por parte da Sr.ª Deputada Jamila Bárbara Madeira e Madeira, sendo o mandato assumido, a título definitivo, pelo Sr. Deputado Luís Miguel da Graça Nunes.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar este parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do BE e do PAN.

Não temos mais expediente. Vamos, então, dar início à ordem do dia, que, como sabem, são declarações políticas. Pedia aos Srs. Deputados o favor de se sentarem, para podermos começar a nossa sessão.

A primeira intervenção é do Sr. Deputado Rui Afonso, do Chega.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Este Orçamento do Estado não serve as famílias, não serve as empresas,…

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

… não serve os jovens, nem sequer os pensionistas. Em suma, não serve o País.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tenho uma sensação de *déjà vu!…*

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — É um Orçamento feito para cumprir calendário em Bruxelas e não para transformar Portugal. É um Orçamento que tenta dizer ao País que estamos a avançar, quando os números mostram precisamente que estamos a ficar para trás.

Segundo os dados do FMI (Fundo Monetário Internacional), entre 2000 e 2024, Portugal foi ultrapassado por 15 países, entre os quais Taiwan, Coreia do Sul, Malta, Chéquia, Eslovénia e Lituânia, que passaram a gerar mais riqueza por habitante do que Portugal, o que é bem demonstrativo da continuidade da estagnação socialista e social-democrata.

Sr.ªs e Srs. Deputados, este Orçamento do Estado representa um enorme falhanço reformista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — E porquê? Passemos então ao primeiro dado: a despesa pública representa quase 43 % do PIB (produto interno bruto), mas os serviços públicos continuam a degradar-se.

Então, impõe-se a seguinte pergunta: para onde vai esse dinheiro? Não vai para a saúde, onde faltam mais de 4000 profissionais. Não vai para a educação, onde temos 20 000 professores em falta. Não vai para a justiça, onde um processo continua a demorar, em média, mais de 900 dias. Vai, sim, para uma máquina do Estado que cresce todos os anos em fundações,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — … institutos, comissões e observatórios.

Aplausos do CH.

Muitos deles, Sr.as e Srs. Deputados, não têm qualquer tipo de avaliação, nem resultados nem utilidade. São estruturas que continuam a custar milhares de milhões de euros ao erário público e que ninguém tem coragem de cortar, por se tratar de autênticos ninhos de *boys*…

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa por interromper.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Parece que estão no café!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Olha quem fala!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — … e de clientelas político-partidárias.

Também convém recordar que o Estado já não se limita à Administração Pública clássica. Temos hoje um verdadeiro império de empresas públicas e entidades públicas empresariais que consomem recursos públicos como se não houvesse amanhã, e esse império, longe de gerar retorno, está a destruir valor e a empobrecer a máquina do Estado.

Em 2024, o conjunto de empresas públicas não financeiras do setor empresarial do Estado registou um prejuízo agregado de 1312 milhões de euros, uma deterioração de 546 milhões de euros face ao ano anterior. Dessas empresas, 35 encontravam-se em falência técnica, ou seja, com capitais próprios negativos, um número que aumentou face a 2023.

Sr.as e Srs. Deputados, isso representa uma drenagem contínua dos cofres do Estado — recapitalizações, injeções de capital, cobertura de défices —, com impacto direto no plano orçamental.

Segundo dado: o Governo fala em competitividade, mas Portugal tem hoje a oitava carga fiscal efetiva mais pesada da Europa, e a produtividade continua 25 % abaixo da média da União Europeia.

E o que faz o Governo? Anuncia uma descida de 1 % no IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), mas, ao mesmo tempo, aumenta o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos), mantém as derramas, mantém os custos energéticos entre os mais altos da Europa.

As empresas recebem um desconto simbólico e depois pagam tudo em dobro. Assim, não se consegue aumentar salários, não se consegue atrair investimento, nem tampouco criar escala.

Resultado? Portugal continua com um salário médio de 1602 €, enquanto Espanha já vai em 2600 €, Itália em 2800 € e França em 3800 €.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Olha, pelo menos não tiveram um Salazar!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — E, já que mencionamos salários, falemos das famílias.

Sim, há atualização dos escalões. Sim, há mínimos de existência reforçados. Mas isso não muda o essencial: Portugal continua a punir quem trabalha e quem tenta construir uma vida digna.

Aplausos do CH.

Portugal tem hoje um IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) que, em esforço fiscal, já ultrapassa vários países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) com rendimentos superiores. A classe média paga demasiado e continua a receber muito pouco.

Hoje, uma parte dos jovens paga, em média, mais de metade do seu salário só para renda e outra parte dos jovens não consegue sair de casa dos pais.

E o que faz o Governo? Apresenta medidas que só terão efeito dentro de quatro ou cinco anos. Mas a crise é hoje, as rendas são hoje e a asfixia é hoje.

Relativamente aos pensionistas, sim, há aumentos, mas mais de 1 milhão de idosos continua com pensões abaixo dos 500 €. Continuam mais de 400 000 idosos em risco de pobreza, a taxa mais elevada dos últimos 15 anos. Milhares de idosos continuam a escolher entre pagar medicamentos ou pagar alimentação.

As nossas forças de segurança continuam a ser praticamente ignoradas e faltam efetivos em todas as unidades operacionais.

Os antigos combatentes continuam a receber propostas tímidas.

Os serviços públicos continuam a perder capacidade, por não conseguirem acompanhar o aumento desenfreado da imigração.

Se olharmos para o SNS (Serviço Nacional de Saúde), hoje, em Portugal, mais de 1,7 milhões de pessoas não tem médico de família e todos os dias surgem milhares de queixas de pessoas que esperam meses por uma consulta, que não conseguem renovar uma receita ou que não têm aonde recorrer. Se olharmos para as listas de espera para as consultas de especialidade, temos mais de 290 000 utentes à espera, muitos há mais de seis meses. Para cirurgias, há mais de 170 000 pessoas em lista de espera e mais de 45 há mais de um ano.

Isto, meus senhores, é um fracasso e o Chega não o aceitará!

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não há pedidos de esclarecimento? Ficaram todos esclarecidos!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento e indica-me que vai responder a todos em conjunto.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Portugal está em circunstâncias absolutamente únicas para crescer. Desde a entrada na CEE (Comunidade Económica Europeia) que as circunstâncias não eram tão boas como são hoje. O aumento global do turismo, a disrupção tecnológica, a deslocalização do trabalho e até a instabilidade noutras zonas geográficas criaram a maior oportunidade de crescimento do País, nos últimos 30 anos.

Falta-nos fazer a nossa parte: reformar o Estado, diminuir os custos de contexto e fazer uma reforma fiscal. Em vez disso, andamos a discutir burcas e casas de banho e a importar guerras culturais de outros países.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É importante!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Tínhamos agora uma oportunidade séria de dar um salto de competitividade, mas estamos a perder este comboio, que poderá demorar décadas a regressar.

Esta era a altura para fazer uma reforma fiscal decente, que aliviasse a carga fiscal dos salários, que fomentasse o emprego bem pago, que gerasse aumentos de salário. O PSD não o faz. Prefere, em vez disso, ficar na história deste País como o único Governo que aumentou 20 mil milhões de euros em despesa em apenas dois anos. Ao vosso lado, até José Sócrates parece poupadinho!

Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Ao contrário do que dizem sempre, tanto em 2025, como para 2026, poderíamos ter feito uma reforma a sério no IRS, sem precisar de baixar a despesa pública em relação ao ano anterior.

O espantalho dos cortes que o PSD abana só serve para esconder a sua falta de coragem…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Quantos funcionários públicos vão despedir?

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — … e a sua necessidade de atender às clientelas habituais.

Querem um balanço do Orçamento do Estado? Mais uma oportunidade perdida. Um dia vamos olhar para estes anos e perceber que tivemos uma oportunidade de dar um salto para o pelotão da frente e não tivemos nem Governo, nem oposição à altura de o fazer.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Fonseca, do PSD, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, queria começar por saudar o partido Chega e o Sr. Deputado Rui Afonso por trazerem aqui a debate deste tema do Orçamento, mas não me apercebi que tivesse feito qualquer referência à nota dominante deste Orçamento que é o facto de, pela primeira vez na nossa história, e pelo segundo ano consecutivo, não haver nenhum aumento de impostos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do CH e do PS.

Risos do Deputado do PS Miguel Matos.

Pelo contrário, temos uma redução de impostos neste orçamento. E, isso, o Sr. Deputado não foi capaz de referir. Pelo contrário, disse que este Orçamento não serve o País e que aumenta a despesa.

Vejo que o Chega está muito preocupado com o aumento da despesa, mas se é assim tão responsável quanto isso, deve estar satisfeito pelo chumbo das próprias propostas que o Chega apresentou ao Orçamento.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Isso!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Foram mais de 600 propostas, num total que nós calculamos em mais de 6,5 mil milhões de euros.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — «Nós», quem?

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — As propostas do Chega valem mais de 6,5 mil milhões de euros, isto sem contabilizar as dezenas de estradas, hospitais, centros de saúde, postos da GNR (Guarda Nacional Republicana), etc., que, essas, nem sequer as contabilizámos. Portanto, só com as propostas do Chega teríamos um défice superior a 2 %,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Diziam que era 2 %, agora já são 5 %!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — … certamente por alguma saudade dos défices que nos deixou o Partido Socialista.

Mas se querem falar daquilo que aconteceu no Orçamento, devo recordar que Chega e PS aprovaram, juntos e contra a vontade da AD, mais de 80 propostas de todos os partidos. Vamos aos detalhes: o Chega aprovou 22 propostas do PS. O Chega enche a boca a dizer que PSD e PS são iguais, mas nós vemos que, afinal, o Chega é bem mais parecido com o PS do que com o PSD.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem é que aprovou o Orçamento?

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Mas o PS também não fica bem na fotografia. O PS aprovou 10 propostas do Chega: onde é que estão as linhas vermelhas?

A cereja no topo do bolo aconteceu hoje, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: tivemos hoje, em comissão, o PS e o Chega, juntos, a subscreverem um texto em conjunto.

Protestos do CH.

Portanto, é o fim das linhas vermelhas, é o fim dos 50 anos do PS e do PSD juntos.

Aplausos de Deputados do PSD.

Aquilo que tenho a perguntar ao Sr. Deputado Rui Afonso é o que é que tem a dizer aos eleitores do Chega, se vieram para o Parlamento para combater o socialismo ou se vieram para se aliar ao socialismo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do PS.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o partido Chega tenta criar aqui uma espécie de prolongamento: o Orçamento acabou, mas querem ficar bem na fotografia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós ficamos bem, vocês é que não!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Porque, de facto, é preciso lata da AD (Aliança Democrática) em vir falar de um Orçamento do Estado que não aumenta os impostos, porque nem 24 horas esperaram para virem aumentar o ISP, que todos os portugueses pagam na bomba de gasolina. Nem 24 horas!

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

Desde que Luís Montenegro tomou posse como Primeiro-Ministro, já aumentaram cinco vezes o ISP.

Sr. Deputado, não foram dois orçamentos sem aumentar impostos, foram cinco as vezes que vocês aumentaram os impostos que os portugueses pagam na bomba de gasolina.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

Aliás, mais: este aumento do ISP representa, só por si, 250 milhões de euros, mais do que suficiente para pagar as propostas de alteração de que o Sr. Deputado Alberto Fonseca andou a maldizer há bocadinho. Mas, ao longo do próximo ano, o CFP (Conselho das Finanças Públicas) estima que podem vir a ser 1000 milhões sacados aos portugueses…

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sacados?! Parecem o Chega!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … e que fazem deste Orçamento do Estado um Orçamento que não aumenta os impostos, mas uma grande fraude política que a AD proporcionou aos portugueses.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

Mas se isto podiam ser perguntas feitas ali à AD, que, de facto, quer enganar os portugueses, há uma pergunta que importa fazer ao Chega:…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem é que aprovou o Orçamento?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — … porque é que o Chega deixou o Governo solto para fazer isto?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês! Foram vocês!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Porque o PS apresentou uma proposta de alteração que significava que qualquer aumento do ISP teria de vir aqui à Assembleia da República para que essa receita fiscal fosse devolvida aos portugueses. Aliás, sinalizámos que pudesse ser devolvida através da redução do IVA (imposto sobre valor acrescentado) sobre os alimentos essenciais, uma medida que o PS apresentou no seu programa eleitoral, mas que o Chega também apresentou neste Orçamento do Estado.

O que é que fez o Chega? Absteve-se, inviabilizou essa proposta de alteração, deixou o Governo solto para aumentar livremente o ISP e constituir esta grande fraude política sobre os portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vocês juntaram-se a eles!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês é que aprovaram o Orçamento!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É por isso, Sr. Deputado, que a pergunta fica consigo: assume a sua responsabilidade de ter deixado o Governo aumentar o ISP?

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O pedido de esclarecimento foi ao Sr. Deputado Rui Afonso.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O pedido de esclarecimento foi ao Deputado Rui Afonso…

Continuação de protestos de Deputados do CH.

… O Sr. Deputado que está sentado ao lado esquerdo do Sr. Deputado também vai ter a possibilidade, em nome do Chega, de dar resposta, dentro do quadro regimental.

Faça favor, Sr. Deputado Rui Afonso, dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, agradeço as questões que me foram colocadas. Começo, então, pelo Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto.

Sr. Deputado, tenho uma coisa a dizer: o Sr. Deputado vê muito à frente o seu tempo, porque já vê o Chega como Governo, o que é uma boa coisa!

Risos e aplausos do CH.

Porque, realmente, as questões que foram colocadas não o foram ao partido Chega, mas sim ao Governo. Aliás, foi mais uma intervenção, penso que não houve questão nenhuma, mas ficou-lhe bem e agradeço, realmente, o facto de ter assumido que o Chega chegará a Governo.

Relativamente ao Sr. Deputado Alberto Fonseca, é verdade, Sr. Deputado, que, efetivamente, em sede do Orçamento do Estado não há nenhum aumento de impostos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ah!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Os aumentos de impostos vão ocorrer fora do Orçamento do Estado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — E, aí, Sr. Deputado, permita-me que lhe diga que um desconto, ou uma redução do desconto, do ISP é um aumento de imposto, ainda que encapotado.

Aplausos do CH e protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

Portanto, quer queiramos quer não, os portugueses vão pagar menos IRS, mas vão pagar mais ISP. Portanto, Sr. Deputado, não me venha com essa história de que não há aumento de impostos. Aliás, os portugueses sentem-no todos os dias, quando vão à bomba de gasolina meter combustível.

Aplausos do CH.

Sr. Deputado, depois falou-me de um texto que é subscrito pelo Chega e pelo PS,…

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — …é um texto que foi subscrito, é verdade, em sede de comissão e que não tem nada, mas nada a ver, nada a ver com este Orçamento do Estado, não tem nada a ver com a vida dos portugueses.

Protestos de Deputados do CH.

Portanto, Sr. Deputado, sinceramente, acho que isso não lhe ficou muito bem. Mas, olhe, vou dizer-lhe algumas medidas que aprovámos e que realmente melhoram a vida dos portugueses: a construção da ligação rodoviária do IC-31;…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… a conclusão da construção do IP-3; a requalificação das esquadras policiais nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores; o subsídio para assistência a filhos com deficiência; o lançamento da obra de ligação ao IC-35, de Sever do Vouga;…

Aplausos do CH.

… o alargamento do programa do Cheque-Livro aos *e-Books*; a Plataforma Nacional de Gestão de Fluxos Clínicos; o Programa Nacional de Combate à Obsolescência Programada; o reforço da formação e campanhas para o combate ao abuso sexual de menores; a expansão do regadio da Cova da Beira; a Campanha Nacional de Prevenção da Mutilação Sexual Feminina; o cheque de saúde mental; e podia dizer-lhe muitos mais.

Aplausos do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O ivazinho!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Portanto, Sr. Deputado, estamos a fazer pelos portugueses e os portugueses sentem que votar no Chega faz, realmente, a diferença.

Aplausos do CH.

Sr. Deputado Miguel Costa Matos, agora fiquei um pouco confuso, porque dá a ideia que foi o PS que votou contra o Orçamento do Estado!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!…

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — O PS viabilizou este Orçamento do Estado!

Aplausos do CH.

Os senhores criticaram este Orçamento do início ao fim,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Até aumentaram o IRS!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — … mas sabe o que é que aconteceu? A vossa coragem de votar contra ficou à porta do Plenário. Vocês não tiveram coragem de votar contra este Orçamento.

Risos e aplausos do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Coragem!…

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Vou dizer-lhe uma coisa: senti, claramente, que o Sr. Deputado estava ali com a força toda, mas, olhe, não chegam só as palavras, é preciso ações!

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — E nós, aqui, votámos contra, contra um Orçamento que não favorece os portugueses e vamos continuar a lutar por eles. É pelos portugueses!

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Que classe!…

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Lia Ferreira, do Partido Socialista, para a sua declaração política. Faça favor.

A Sr.ª **Lia Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, assinalamos o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Permitam-me dizer que este não é um dia para celebrações, não é um dia para galas, nem para lançamento de selos. É um dia político, de reforço de compromissos políticos.

Durante séculos, as pessoas com deficiência foram silenciadas, excluídas, institucionalizadas, privadas da sua autonomia e dignidade. Foram abandonadas, tendo-lhes sendo apenas dada a caridade.

Não precisamos de recuar muito tempo para perceber o quão perto estivemos do abismo. O programa Aktion T4, durante a II Guerra Mundial, eutanasiou, assassinou e institucionalizou à força pessoas que

classificava como «vidas indignas de viver». Mais de 300 000 pessoas que serviram de cobaia para o que mais tarde foi ampliado para os campos de extermínio, um dos maiores crimes da extrema-direita na Europa e que hoje ameaça repetir-se.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O quê?!

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Fazem o mesmo!

A Sr.ª **Lia Ferreira** (PS): — Da agenda política à agenda mediática dos órgãos de comunicação social, tudo se sobrepõe a 16 % da população mundial, mais de 1 milhão de pessoas a residir em Portugal. Fala-se aqui, ruidosamente, de burcas, enquanto são silenciados, aqui, nesta Casa, e sonegados direitos de pessoas com deficiência.

Neste Hemiciclo, sou a única Deputada com deficiência. Isto não é coincidência.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Não é, não!

A Sr.ª **Lia Ferreira** (PS): — Isto é falta de representatividade e de respeito, Srs. Deputados, que continuam a fazer barulho enquanto faço uma intervenção. É uma grande falta de respeito!

Aplausos do PS e do L.

Isto não é coincidência, é falta de representatividade nas diferentes forças partidárias. É falta de coragem política para enfrentar a realidade da desigualdade estrutural.

Segundo o Tribunal de Contas Europeu, 28,8 % das pessoas com deficiência da União Europeia vivem em risco de pobreza, contra 18 % da população geral. Portugal continua a investir abaixo da média europeia na proteção social dirigida a esta população.

Permitam-me falar com a franqueza de quem tem um percurso marcado por esta desigualdade. Este não é apenas o meu percurso, é o percurso de mais de um milhão de pessoas. A deficiência não é uma tragédia. A tragédia é o sistema que condiciona direitos e aqueles que votam por esse condicionamento. Essa, sim, é a tragédia deficiente.

Aplausos do PS e do L.

Hoje, ergo orgulhosamente a voz para dar eco a um coletivo de vidas que são diretamente condicionadas por este mesmo sistema e pelo vosso voto. Porque nada sobre nós, sem nós.

Portugal conheceu avanços decisivos e a esmagadora maioria desses avanços tiveram a assinatura do Partido Socialista.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Olha!

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Lia Ferreira** (PS): — Foi com o Mário Soares que a Constituição passou a consagrar direitos às pessoas com deficiência e que nasceu o Secretariado Nacional para a Reabilitação, hoje INR (Instituto Nacional para a Reabilitação).

Aplausos do PS.

Foi também com um Governo do Partido Socialista que se criou a área governativa específica, ratificou a Convenção das Nações Unidas, implementou o Regime Jurídico da Acessibilidade e todas as normas técnicas

existentes nesta área. Criou o sistema de atribuição de produtos de apoio, quotas de emprego no público e no privado, o Sistema Nacional de Intervenção Precoce para a Infância.

Entre tantos outros avanços, permitam ainda destacar a prestação social para a inclusão, como a maior reforma de combate à pobreza nesta área, e o modelo de apoio à vida independente, que devolve autonomia, liberdade e rompe com o ciclo da institucionalização. O Serviço de Assistência Pessoal permite viver em comunidade, como, onde e com quem a pessoa quiser. Devolve a dignidade à pessoa e liberta também as famílias de um cuidar permanente que o Estado empurrou, durante décadas, para dentro de casa.

Esta conquista corre o risco de ser associada à condição de recursos e contribuições familiares. Ao abrigo de uma alegada sustentabilidade, Portugal está perto de violar a Convenção e cometer retrocessos históricos politicamente inaceitáveis. Direitos humanos não têm preço, nem podem depender da condição económica de ninguém.

Neste contexto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista agendou um debate potestativo para que este Hemiciclo fale, com responsabilidade, destes temas.

Hoje, simbolicamente, apresentamos o maior pacote legislativo que algum dia esta Câmara recebeu nesta área,…

Aplausos do PS.

… alinhado com a Convenção das Nações Unidas, com a Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e com as necessidades reais da população com deficiência.

O pacote legislativo que vos trazemos apresenta sete projetos de lei e duas resoluções: o regime jurídico de promoção da acessibilidade universal nos serviços públicos de transporte e habitação pública; a criminalização da esterilização forçada, com dois a dez anos de prisão; o sistema de monitorização da esterilização e Plano Nacional de Planeamento Familiar; a consolidação do modelo de apoio à vida independente, garantindo a universalidade, gratuitidade e expansão territorial progressiva e o reforço do emprego apoiado, com atualização de valores de apoio financeiro ajustados à funcionalidade do certificado; o regime jurídico para os estudantes com necessidades educativas específicas no ensino superior; o alargamento da antecipação da pensão de velhice por deficiência; e um projeto de lei para garantir a independência das juntas médicas, com o apoio das unidades locais de saúde.

E vamos ainda dar entrada de duas resoluções: uma para a atualização de dados e produção de estudos independentes e outra para a garantia do voto acessível universal, com autonomia e igualdade.

Sr.as e Srs. Deputados, a deficiência faz parte da vida — por nascimento, por doença, por acidente, como foi o meu caso, ou mesmo por envelhecimento.

Direitos não são favores nem podem continuar a depender da sensibilidade governativa do momento para decidir destinos de cidadania.

Este plano é apenas um início, para o qual contamos com o vosso apoio. Convidamos todas as bancadas a juntarem-se a este compromisso, porque a democracia é mais forte quando ninguém fica para trás.

E porque valorizamos o «nada sobre nós, sem nós», contamos com o vosso apoio, a vossa responsabilidade e, sobretudo, a vossa coragem política.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem seis pedidos de esclarecimento.

Enquanto se reúnem as condições para que nos possa responder, anuncio à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos um grupo de alunos e professores da Escola Profissional do Fundão e um grupo de alunos e professores do Centro de Educação e Desenvolvimento de Nossa Senhora da Conceição, de Lisboa.

Aplausos gerais.

Sr.ª Deputada, os pedidos de esclarecimento são dos Srs. Deputados Isabel Mendes Lopes, Mariana Mortágua, Rui Cardoso, Isaura Morais, Paula Santos e Joana Cordeiro.

Pausa.

Sendo seis, pergunto se a Sr.ª Deputada Lia Ferreira pretende responder em dois grupos de três.

A Sr.ª **Lia Ferreira** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.
Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, tem a palavra para o primeiro pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Lia Ferreira, muito obrigada pelo tema que trouxe. Hoje é um dia, de facto, para assinalar, mas todos os dias são dias para assinalar os direitos das pessoas com deficiência.

Aliás, ontem foi apresentado aqui na Assembleia da República um inquérito realizado pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, da Universidade de Lisboa, que nos dá pistas sobre como a sociedade em Portugal vê a situação das pessoas com deficiência. Como dado positivo, há uma quase unanimidade em reconhecer que as pessoas com deficiência enfrentam a discriminação de forma frequente e também uma vontade em que haja mais investimento para políticas de inclusão. Mas, por outro lado, este inquérito mostra que ainda há pouco reconhecimento do direito à autonomia e ainda há alguma condescendência relativa à competência e ao cumprimento da vontade das pessoas com deficiência.

Portanto, é preciso mudar isto, e isso faz-se com políticas públicas, com a quebra de barreiras, com a garantia de autonomia e também com medidas de discriminação positiva.

Por isso, Sr.ª Deputada Lia Ferreira, pergunto-lhe como vê a vontade do Governo em baixar a exigência no sistema de quotas para pessoas com deficiência, que está no anteprojeto do Trabalho XXI. Não só ao baixar o grau de incapacidade, como também ao permitir que a quota seja cumprida por trabalho temporário, ou seja, além de desproteger as pessoas com deficiência, pergunto se esta medida que o Governo apresenta no anteprojeto do Trabalho XXI não vai ela própria reforçar os estereótipos que existem relativamente à competência das pessoas com deficiência.

Também queria perguntar sobre o modelo de apoio à vida independente, que bem sabemos ser essencial para garantir a autonomia e a independência. No Orçamento do Estado foi aprovada uma proposta do Livre para que este modelo seja implementado de forma definitiva e que seja integralmente suportado pelo Estado.

Portanto, Sr.ª Deputada Lia Ferreira, pergunto se não lhe parece, então, que o Governo está assim mandatado para implementar o modelo de apoio à vida independente, de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ou seja, sem a condição de recursos que foi referida pela Sr.ª Secretária de Estado e que consta também no Orçamento do Estado. Com esta proposta do modelo de apoio à vida independente, totalmente financiado pelo Estado, conseguimos garantir que, em 2026, o Governo tem este mandato para implementar o modelo, tal como está na Convenção.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Pedia aos Srs. Deputados alguma contenção no diálogo, porque o conjunto dos diálogos faz ruído e não permite ouvirmos os oradores.
Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não era o Fabian, agora?

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, cumprimento-a por trazer este tema a debate.

A Deputada Isabel Mendes Lopes dizia agora, eufemisticamente até, que ainda existe alguma condescendência na forma como a lei trata as pessoas com deficiência. Na verdade, não é alguma; existe muita condescendência!

Se hoje é possível ter alguns enquadramentos legais que reconhecem a autonomia como um pilar da legislação feita para as pessoas com deficiência, estes são uma exceção face àquele que é o enquadramento

geral, e, na verdade, são conquistas do próprio movimento, que impôs à Assembleia e aos Governos uma visão autonomizadora destas pessoas e não caritativa ou geradora de dependência.

Por isso mesmo, talvez a lei para a vida independente e a possibilidade de ter uma assistência pessoal seja uma das leis mais acarinhadas e mais importantes, porque ela muda, de facto, o paradigma com que olhamos para as questões da deficiência em Portugal.

Há duas decisões que colocam em risco os passos que foram dados. A primeira foi a introdução de uma condição de recursos para o acesso à assistência pessoal, e gostava de lhe perguntar como é que vê esta decisão e em que medida é que ela prejudica a autonomia das pessoas com deficiência. A assistência pessoal é uma condição para reconhecermos a autonomia como um direito humano e não como uma medida de assistência social. É um direito humano. A segunda foi a ideia de priorizar, no acesso à assistência pessoal, pessoas que possam integrar o mercado de trabalho, o que é, na verdade, uma visão capacitista e não garantística dos direitos humanos e da autonomia de todas as pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cardoso, do Chega.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Lia Ferreira, muito obrigado por ter trazido a este Plenário o tema da inclusão das pessoas com deficiência. Ainda bem que o trouxe, porque nos permite demonstrar uma série de incongruências e de incoerências em relação ao que disse.

De facto, durante a última década, década essa em que o Partido Socialista governou em boa parte do tempo, nunca as pessoas com deficiência passaram por tantas dificuldades.

Trouxe uma notícia, não sei se tem conhecimento, que diz que 40 % das pessoas com deficiência vivem com menos que o salário mínimo.

O orador exibiu a notícia que mencionou.

Estes são dados gritantes, porque vivem abaixo do limiar da pobreza, vivem sem condições e em grande parte devido à irresponsabilidade e incapacidade de conseguirem dar condições de dignidade.

Aplausos do CH.

Aliás, vêm para aqui com a conversa de que vão apresentar o maior pacote de medidas. Pois, podiam ter aprovado medidas que o Chega apresentou neste Orçamento do Estado e que visavam ajudar estas pessoas.

Aplausos do CH.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Apresentámos medidas para os deficientes das Forças Armadas, e o Partido Socialista não aprovou; para o reforço das terapias ocupacionais das crianças com necessidades educativas especiais, e o Partido Socialista não aprovou; para o alargamento da rede nacional de lares residenciais dos nossos mais velhos, dos nossos idosos, e vocês não foram capazes de aprovar.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Portanto, a inclusão que a esquerda apregoa não é a verdadeira inclusão. É uma inclusão que propõe quotas no papel, mas que humilha na prática; que legisla *ad abundantiam*, mas que não concretiza; que proclama, mas que não resolve.

A verdadeira inclusão, Srs. Deputados, não é a do lóbi LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e transgénero) que vocês gostam na televisão.

Aplausos do CH.

A verdadeira inclusão não é a das minorias que só querem direitos, mas não cumprem deveres. A verdadeira inclusão é a de todos aqueles que necessitam e a quem o Estado não pode virar as costas. A verdadeira inclusão é aquela de que a esquerda se esquece, e cá estaremos nós para a defender.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Lia Ferreira, tem 3 minutos para responder.

A Sr.ª **Lia Ferreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, agradeço a pergunta, porque, efetivamente, esta maquilhagem que o Governo faz ao sistema de quotas nada mais é do que apenas tentar cumprir esse sistema de uma forma superficial, que não resolve problemas. Portanto, vemos esta alteração como um princípio completamente errado e que desvaloriza aquele que devia ser o trabalho nesta área.

Relativamente ao modelo de apoio à vida independente, e aproveito para responder também à questão da Deputada Mariana Mortágua, a condição de recursos vem condicionar muito e vem apenas reforçar a visão que este Governo nos está a mostrar que tem sobre a deficiência, que é uma visão caritativa, que diz que alguns podem e outros não, que diz que direitos humanos têm preço, que diz que tudo é mais importante do que os direitos das pessoas com deficiência. Portanto, não poderíamos ver de pior forma.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado,…

O Sr. **Presidente**: — Rui Cardoso.

A Sr.ª **Lia Ferreira** (PS): — … já teve tempo de perceber aquilo que votou? Já teve tempo de perceber que vocês condicionaram o acesso à vida independente? Espero que sim.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso!

A Sr.ª **Lia Ferreira** (PS): — Aproveito para dizer que misturar lares residenciais para pessoas com mais idade e dizer que essa é a prioridade é perpetuar um sistema de institucionalização, que é completamente contra tudo o que são os normativos europeus.

Sr.ªs e Srs. Deputados, a nossa prioridade deve ser autonomizar pessoas, deve ser garantir que as pessoas podem estar na comunidade a viver como, onde e com quem quiserem. Não é fechar as pessoas em casa, nem é dizer que os seus direitos custam dinheiro ao Estado, quando depois damos dinheiro a quem entendemos. Não, Srs. Deputados, este não é o princípio certo, este é o princípio capacitista que este Governo está a perpetuar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente. Muito rapidamente, para pedir que seja distribuída à Sr.ª Deputada Lia Ferreira e a todo o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a nossa proposta sobre o alargamento da rede nacional de lares residenciais com quotas para pessoas com deficiência, em relação à qual o Partido Socialista se absteve.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuída.

Sr.ª Deputada Isaura Morais, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Lia Ferreira, agradeço o facto de ter trazido este tema no dia de hoje, no dia em que se celebra o Dia Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Referiu-se à necessidade e ao objetivo que tem de existir, da parte do Governo e da parte de toda a sociedade civil, de autonomizar a pessoa com deficiência. É verdade. E no estudo que referiu, em cuja apresentação também estive, um dos critérios que foi avaliado na sociedade portuguesa foi o de que cerca de 30 % dos portugueses acham que a pessoa com deficiência pretende viver com subsídios do Estado, o que não é verdade. Era um dos itens do estudo que ontem foi apresentado, o qual não é verdadeiro.

Assente na Convenção das Nações Unidas e com objetivos claros de promoção de igualdade e de não discriminação, o Governo, há cerca de um ano, iniciou a nova estratégia nacional para a inclusão das pessoas com deficiência, que se encontra em fase de conclusão e irá entrar em vigor em 2026 a 2030.

A estratégia vai entrar em processo legislativo em breve, e por isso digo, Sr.ª Deputada, que o pacote legislativo que aqui anunciou vem tarde. Vem tarde porque o Partido Socialista, sim, o Partido Socialista, quando esteve no Governo, apresentou uma taxa de execução de 37 % em relação à sua estratégia. Porque será? Porque não fez aquilo que este Governo está a fazer,…

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Ora aí está!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — … que é reunir com todas as entidades da governação, nomeadamente a saúde, a educação, a sociedade civil…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — … e a pessoa com deficiência. Isso o PS não fez.

Protestos do PS.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Criámos a PSI (prestação social para a inclusão). Tenha memória!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Pergunto, Sr.ª Deputada, se não concorda que esta estratégia tem de ser feita com toda a comunidade civil e nomeadamente também com a pessoa com deficiência.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sem querer interromper essa animada conversa,…

Risos.

… tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, queria cumprimentar também a Deputada Lia Ferreira pelo tema que traz a debate no Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Queríamos, hoje, dirigir uma saudação às pessoas com deficiência, às suas organizações, à sua ação, intervenção e luta pelos seus direitos.

Tardam em ser concretizados os direitos das pessoas com deficiência. Na verdade, a vida das pessoas com deficiência continua a ser muitíssimo difícil. Há muito que está por fazer. Há problemas que persistem no plano das acessibilidades, na insuficiência de meios e recursos para garantir uma verdadeira educação inclusiva, na falta de saídas para os jovens com deficiência, nomeadamente os apoios na formação profissional, no emprego, assim como falta, também, investimento e respostas específicas para as necessidades das pessoas com deficiência, em particular de centros de atividades ocupacionais.

Falta transparência, eficácia e celeridade na atribuição dos produtos de apoio e insuficiência dos apoios sociais que permitam uma vida digna às pessoas com deficiência.

O PCP tem um vasto património de iniciativa, que reflete o nosso compromisso com os direitos das pessoas com deficiência em múltiplas dimensões das suas vidas. Ainda agora, na discussão do Orçamento do Estado, trouxemos um conjunto vasto de propostas que, se tivessem sido aprovadas, fariam a diferença na vida das pessoas com deficiência.

Queria aqui salientar uma, que tem a ver com a pensão social de inclusão, com a prestação social de inclusão, com o alargamento dos seus critérios, a possibilidade de acesso a pessoas com grau de incapacidade inferior a 60 %, o aumento na componente base em 75 € mensais ou o alargamento dos limites da acumulação da PSI com o rendimento de trabalho e com a pensão de invalidez.

O Partido Socialista não acompanhou o PCP nesta proposta, e o PSD, o CDS e o Chega votaram mesmo contra. Hoje derramaram aqui lágrimas de crocodilo, mas na semana passada ignoraram os problemas que as pessoas com deficiência enfrentam.

As pessoas com deficiência precisam mesmo que sejam concretizadas soluções que reforcem os seus direitos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Lia Ferreira, em primeiro lugar, queria saudar o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, para que nos lembremos, todos, que a inclusão é uma responsabilidade coletiva e que se há tema que nos deve unir é este. Aqui importa ter presente que tratar todos por igual não é necessariamente o caminho, mas sim corrigir as desigualdades e dar oportunidades para que todos possam ter mais autonomia e acesso.

Como exemplo, gostava de relembrar aqui o caso do Pedro e da sua cadela *Java*, que fizeram história em Portugal no dia 2 de outubro de 2024, porque o Pedro foi o primeiro aluno cego que concluiu o doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Uma história feliz, mas que devia ser possível a tantas outras pessoas. Por isso, na Iniciativa Liberal, defendemos que todos podem e devem ter acesso às mesmas oportunidades.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Neste Orçamento do Estado apresentámos duas propostas neste sentido, que foram aprovadas por unanimidade, mas, Srs. Deputados, sabemos que isto não basta. É preciso fazer mais e, por isso, vamos continuar neste caminho.

Sr.ª Deputada Lia Ferreira, agradeço muito o tema que trouxe aqui hoje. Não tenho propriamente uma pergunta direta para si, mas tenho uma pergunta para todos aqui neste Hemiciclo: Srs. Deputados, o que é que estamos todos dispostos a fazer mais? Quais são as propostas concretas que estamos disponíveis para aprovar no sentido de garantir uma verdadeira inclusão, para que a história do Pedro e da *Java* seja a primeira de muitas — que não seja única — e possa passar a ser a regra e não a exceção. É que, Srs. Deputados, se há uma coisa para a qual o Estado tem de servir, e tem de servir bem, é para apoiar quem precisa.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Lia Ferreira, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Lia Ferreira** (PS): — Percebemos que ainda há alguma dificuldade em compreender que propostas para institucionalizar pessoas em lares residenciais são, precisamente, o oposto daquilo que a Convenção nos traz.

Portanto, hoje não celebramos um dia; hoje assinalamos uma data, uma data oficial internacional. É por isso que nós não podemos acompanhar a celebração deste dia, como referiu — que para nós é o assinalar de uma data que deve servir para reforço de compromissos políticos —, com festas e selos, como está a acontecer. São estas as formas que o atual Governo encontrou para falar do dia de hoje.

Assim, este pacote que hoje trazemos é precisamente a continuidade de um trabalho que começou com Governos do Partido Socialista. E devo relembrar que o modelo de apoio à vida independente começou quando o Partido Socialista estava numa câmara municipal, e, assim que tomou conta de um Governo, transformou isto numa resposta de âmbito nacional.

Aplausos do PS.

Portanto, sabemos mesmo onde estamos e para onde queremos ir. Será que estão disponíveis para nos acompanhar? Será que estão disponíveis para reforçar aquilo que deve ser uma resposta, e que nos é exigida pelos compromissos que nós assumimos e ratificamos internacionalmente? Esta é a pergunta que também vos lanço, porque vocês não nos estão a acompanhar nisto. Vocês continuam a ter uma visão caritativa, em vez de uma visão que devia cumprir direitos humanos.

Relativamente à estratégia, Sr.ª Deputada, pessoas com deficiência e comunidade civil, acho que é tudo a mesma coisa. Somos sociedade. Ainda bem que, pelo menos, se referiu às pessoas com deficiência como «pessoas» antes da «deficiência». Pelo menos, isso já aconteceu, o que é muito positivo hoje.

Protestos do PSD.

Relativamente aos problemas sistémicos que aqui já foram elencados pelos diferentes partidos, realmente, tendo em conta que foram séculos de história de exclusão, séculos de não olhar, séculos de não trabalhar a área, como é óbvio, apesar dos muitos avanços que foram feitos com Governos do Partido Socialista, essencialmente, mas que nós também queremos que sejam feitos por este Governo, o Governo da AD, com o nosso apoio, se estiverem disponíveis para olhar para esta área numa perspetiva não de caridade, não de institucionalização, mas numa perspetiva de cumprir direitos humanos, contam com o nosso apoio.

Este pacote também pode contar com o vosso apoio, porque este pacote está do lado certo,…

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

… está do lado da capacitação das pessoas com deficiência, está do lado da não institucionalização.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Já vem é tarde!

A Sr.ª **Lia Ferreira** (PS): — Contamos com o vosso apoio? Esperamos que sim, inclusive para o ensino superior, que é tão fundamental. Queremos empoderar as pessoas com deficiência, e isso também está no nosso pacote.

Portanto, sim, dizemos à Iniciativa Liberal que acompanhamos a vossa vontade de nos capacitar e gostaríamos também que acompanhassem o nosso pacote. Fico o convite a todo o Hemiciclo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): —Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um Estado de direito democrático e liberal é simples de explicar. É um Estado limitado, que não está em todo o lado, mas deve estar onde faz falta; é de direito, com regras claras que dão confiança e previsibilidade; e é liberal, porque coloca a dignidade da pessoa humana, a liberdade individual e a igualdade perante a lei no centro.

Se algum destes pilares falha, falha tudo.

Sem justiça, não há segurança. Sem justiça, não há economia. Sem justiça, não há liberdade.

E, em Portugal, a justiça está a falhar. Há mais de 675 000 processos pendentes nas primeiras instâncias. Um processo administrativo leva em média 792 dias a ser resolvido, quase o dobro da média da União Europeia, que ronda os 400 dias. E, na segunda instância, leva 836 dias para ser resolvido em Portugal e 253 dias no resto da Europa. Processos que duram 10, 15 e 20 anos.

Perante isto, perguntam os portugueses: como pode haver confiança num País onde a justiça prescreve para os fortes e demora uma eternidade para os fracos?

Srs. Deputados, como pode haver confiança num sistema que escuta conversas perfeitamente banais entre membro do Governo? São nossos adversários políticos? São. Mas também é condição inegociável num Estado de direito que os fins não justificam os meios, mesmo quando do lado de lá está um adversário político.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Garantir a justiça é uma das poucas funções soberanas do Estado, uma função em que o Estado não pode falhar.

A boa justiça exige três condições: tribunais que decidam a tempo, conservatórias que registem a tempo e igualdade de armas, independentemente da carteira do cidadão. E uma quarta, tão ou mais importante que as anteriores — leis simples, de fácil interpretação e de fácil aplicação.

Desburocratizar é o caminho para uma justiça rápida, para mais crescimento económico e para menos corrupção, mas o Estado português fez exatamente o contrário: complexificou leis, sobrecarregou os tribunais, esmagou conservatórias e, pior, investiu dinheiro dos contribuintes em tudo o que não era função do Estado.

Enquanto o Estado gere companhias aéreas, bancos, televisões e até autódromos, o Estado esqueceu-se daquilo que só ele pode garantir: a justiça.

E perante isto, o que nos oferecem? PS e PSD prometem pactos de regime, agendas, comissões permanentes, manifestos, grupos de trabalho. Consensualiza-se muito, faz-se pouco.

À direita, há a ideia de que tudo se resolve aumentando penas. O populismo penal não acelera sentenças. Gritar mais alto não resolve a ineficiência de um tribunal. Aumentar uma pena de 20 para 30 anos é inútil se a sentença só chegar daqui a uma década.

Srs. Deputados, a democracia não é o regime do consenso eterno; é o regime da escolha, clara, corajosa, sufragada.

Não podemos continuar escondidos atrás de consensos sebastiânicos que nunca chegam. Consenso, para PS e PSD, não é encontrar a melhor solução, é encontrar a melhor desculpa para nada fazer.

Já esperámos demasiado tempo pelos vossos consensos. Está na hora de reformar.

Apresentaremos, por isso, um pacote legislativo assente em três pilares concretos. Primeiro pilar, uma justiça eficiente. Vamos acabar com os megaprocessos que matam a confiança no sistema, trabalhando em cima dos contributos do Conselho Superior da Magistratura; vamos valorizar os oficiais de justiça, com mais competências e melhores condições; vamos introduzir negociação de penas para crimes até cinco anos de pena, como em muitos países da OCDE, evitando entupir tribunais; e reformularemos a fase de instrução, de forma a combater a morosidade e a instrumentalização deste momento processual como mais uma manobra dilatória.

Segundo pilar, uma justiça moderna. Queremos um Citius 2.0, com inteligência artificial para distribuição de processos e deteção de recursos infundados, sempre com decisão humana, e queremos colocar gestores profissionais em cada comarca, libertando juízes para aquilo que só eles podem fazer, que é julgar.

Terceiro pilar, uma justiça responsável. Propomos a redução de taxas de registo e a devolução automática de 100 % das custas se o Estado não cumprir os prazos. Se o cidadão paga por atrasos, o Estado também deve pagar pela sua incompetência. Propomos o recurso à arbitragem quando os tribunais administrativos e fiscais

não respondem em tempo útil, para que as empresas não fiquem reféns da lentidão estatal e os investidores estrangeiros longe de Portugal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabemos que nem todos concordarão com estas medidas, e ainda bem! A democracia vive da clareza das alternativas, não da ficção da unanimidade.

A pergunta e o repto que deixamos ao Plenário é este: vamos continuar a pedir consensos utópicos, pactos de papel e ilusões penais, prometendo mudar tudo para que tudo fique na mesma, ou vamos mesmo começar a reformar?

A justiça não é mais uma função do Estado de direito, é o chão que pisamos. Se este Parlamento não tiver a coragem de arranjar o chão, é o teto da democracia que acaba por ruir.

O tempo dos diagnósticos acabou. Agora é o tempo para a justiça. Os portugueses já não têm mais tempo para esperar.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem cinco pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Três e, depois, dois.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — É um bom resultado!

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, concordamos com o diagnóstico. É verdade, a nossa justiça atravessa uma crise, que já não é de agora, que penaliza os cidadãos todos os dias, penaliza também as empresas, que não conseguem ver os seus problemas resolvidos.

Também concordamos nas críticas que faz a esta tão falada reforma da justiça. Também sabemos que, muitas vezes, falar em pactos para qualquer coisa, em reforma de não sei o quê, é a melhor maneira de não se fazer nada e de pôr toda a gente a discutir, a fazer um documento muito bonito, com várias medidas, que depois vai diretamente para a gaveta e daí nada sai.

Também é bom dizer que concordamos muitas vezes com aquela que é a visão da Sr.ª Ministra da Justiça, que diz que nós precisamos de ir todos os dias mudando alguma coisa e fazendo as coisas funcionar.

Mas é aí que a posição da Iniciativa Liberal, muitas vezes, nos é incompreensível, porque a Iniciativa Liberal é o primeiro partido a atacar a função pública, a atacar os funcionários públicos, a dizer que temos funcionários públicos a mais, que queriam despedir 100 000 funcionários públicos,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não, não!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … mas depois diz-nos que temos problemas de morosidade da justiça!

Protestos da Deputada da IL Joana Cordeiro.

Ora, os problemas que nós temos são também pela falta de profissionais, pela falta de oficiais de justiça, pela falta de funcionários judiciais, pela falta de juízes, pela falta de magistrados. Precisamos, sim, de contratar mais, precisamos de avançar nesse sentido, e não serão as plataformas e as soluções tecnológicas, que muitas vezes são apresentadas como uma miragem, que vão resolver tudo, porque não vão resolver tudo.

A justiça é uma interação entre pessoas e precisa dessa decisão e dessa intermediação das pessoas.

Mas é preciso também lembrar que o Citius, uma plataforma que foi absolutamente revolucionária na forma de gestão da justiça, foi criado por funcionários públicos, muitas vezes nas suas horas vagas, para melhorar o seu próprio trabalho. E é isto que a Iniciativa Liberal muitas vezes não percebe, que a valorização dos funcionários públicos, a sua dignificação e o respeito por eles, traz benefícios ao setor público.

Aplausos do L.

Protestos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, a Sr.ª Deputada Vanessa Barata, do Chega.

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao ouvir este discurso da Iniciativa Liberal — este número sobre justiça, liberdade, Estado de direito democrático —, tem-se a ideia de que a Iniciativa Liberal está tremendamente preocupada com temas como o funcionamento dos tribunais, a celeridade processual e a corrupção.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Os Srs. Deputados da Iniciativa Liberal já nos têm habituado a ser os mestres da ilusão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Por exemplo, ontem, houve longas horas de audições em comissão relativas aos projetos sobre o *lobbying*, uma legislação absolutamente fundamental para o combate à corrupção, para a devolução da confiança nas instituições e na democracia, para a justiça portuguesa,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — … e pergunto-me: onde é que estava a Iniciativa Liberal?

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Não estava! Nenhum dos seus nove Deputados apareceu em nenhuma das audições. Zero interesse da Iniciativa Liberal!

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estavam de férias!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Mas nós sabemos que a Iniciativa Liberal é mestre da ilusão, e o povo também já percebeu.

Hoje, defendem que é preciso agir e melhorar a justiça; há uns tempos, aplaudiam a postura de distanciamento e a serenidade do Presidente da República em relação ao escândalo de corrupção na Madeira…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — … e diziam que temos de ter cuidado com quem escutamos e por quanto tempo escutamos. O ilusionismo, Srs. Deputados, persiste em toda a linha.

Disseram que votámos contra a proposta de abolição do «imposto Mortágua». Mentira, *fake news*!

A oradora exibiu um documento com o título «Proposta IL».

Enganam as pessoas!

Aplausos do CH.

Num dia, dizem *amém* com a esquerda, desvalorizando a criminalidade, a necessidade de aumentar as penas, o combate à corrupção, a reforma da justiça, mas, no outro, arrogam-se os seus maiores defensores. Pergunto quem é que temos aqui hoje, *Dr. Jekyll* ou *Mr. Hyde*?

Srs. Deputados, a Iniciativa Liberal é a grande ilusão:…

Aplausos do CH.

… aparecem agora no Plenário, ontem desapareceram na comissão.

Sabe uma coisa, Sr. Deputado? Para quem não sabe para onde vai, qualquer caminho serve.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Lopes Marcelo, do PSD.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Agora, vamos falar a sério! Vamos lá falar de coisas sérias, agora!

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, muito obrigado pela sua intervenção e por ter trazido a este Plenário o tema da justiça e do Estado de direito. É um tema reconhecido por todos como um dos problemas estruturais do nosso País e, portanto, merece ser discutido aqui, no Plenário.

O Grupo Parlamentar do PSD concorda, em parte, com o diagnóstico que foi aqui feito e partilhado por outros partidos sobre os problemas da justiça. Também não ficamos confortáveis ao ver como escutas a ex-Primeiros-Ministros caem na praça pública, porque isso põe em causa, obviamente, a confiança no Estado de direito, e todos nós — sobretudo nós, legisladores, neste Parlamento — temos de tomar medidas para evitar que isso volte a acontecer no futuro.

Portanto, vemos com otimismo e com satisfação que a Iniciativa Liberal vai ter iniciativas legislativas nesta área, e prometemos aqui olhar para elas com abertura.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Queria também recordar que o Governo e o Grupo Parlamentar do PSD têm apresentado propostas na área da justiça e que estão também a preparar algumas propostas para apresentar.

Não acreditamos numa reforma da justiça, mas sim em reformas da justiça. Ou seja, o problema é tão estrutural e tão complexo que temos de ir passo a passo, de forma gradual, como a Ministra da Justiça tem afirmado várias vezes, para tentarmos resolver um problema que se arrasta há décadas e que não pode continuar.

Agora, além do problema e do diagnóstico, não podemos ignorar o que é que o Governo está a fazer, e, portanto, queria aqui recordar ao Sr. Deputado Mário Amorim Lopes que o Governo apresentou um Orçamento ambicioso na área da justiça — um aumento de 13,5 % no Orçamento, para a justiça, relativamente à estimativa para 2025 — e que, ao longo de um ano e meio, tem conseguido pacificar o setor da justiça, terminar com greves que aconteciam há mais de 20 anos e chegar a acordo com vários funcionários e carreiras da justiça.

Há muito por fazer. Contamos com a Iniciativa Liberal e os outros partidos para…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Muacho, ainda bem que concordamos com o diagnóstico. Não sei bem onde é que discordamos, exceto talvez nessa ideia criada pelo Partido Livre — e por outros, é verdade — de que a Iniciativa Liberal não gosta da função pública.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Toda a gente sabe!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Olhe, antes de mais, Sr. Deputado Paulo Muacho: Mário Amorim Lopes, funcionário público, professor universitário.

O que nós achamos sobre a função pública é o seguinte: a função pública tem de ser valorizada. A trabalhar para o Estado temos, de facto, de ter os melhores.

O que não podemos fazer é usar o Estado como uma bolsa de emprego e pô-lo a tentar fazer tudo e mais alguma coisa; e não podemos, sobretudo por respeito aos bons funcionários públicos — aos que trabalham, aos que se esforçam, aos que têm brio —, deixar que quando olham para o lado vejam colegas encostados a receber o mesmo que eles.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Parece a IL!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso é que nós nunca toleraremos!

Acreditamos no mérito, é isso que nos diferencia do Livre. O Livre não acredita no mérito, diz que somos todos iguais — pois não somos!

E nós acreditamos que na função pública não são todos iguais. Os bons têm de ser diferenciados, têm de ser valorizados, têm de ser remunerados por isso, e, portanto, é aqui que nós divergimos.

O Estado não pode estar em todo lado. Para o Livre, está ótimo que o Estado tenha companhias aéreas, bancos, televisões, empresas de óleos de massagens e até autódromos — está ótimo! Para nós, não.

O Estado deve cumprir o essencial e, em Portugal, o Estado nem sequer cumpre o essencial. Portanto, enquanto isso acontecer, estaremos aqui nós — sim, a Iniciativa Liberal — a denunciar essas situações.

Sr.ª Deputada Vanessa Barata, olhe, o Sr. Deputado que não pôde estar nessa Comissão está em trabalho político fora do País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas têm mais Deputados, ou não? Só trabalha um?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas sabe que, desde que o vosso Sr. ex-Deputado Tânger Correia foi para a Europa,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aí só trabalha um?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … os julgados de paz estão sem representação do Chega? Há mais de um ano!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aí só trabalha um?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Os Srs. Deputados são tantos, tantos que nem conseguem encher os julgados de paz.

Protestos de Deputados do CH.

Portanto, Sr.ª Deputada, parafraseando José Régio, eu «não sei por onde vou» e nenhum de nós sabe para onde vai, mas de uma coisa nós podemos ter a certeza: nunca poderemos ir pelo caminho do Chega,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade! Ainda bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … porque é o caminho do abismo.

Aplausos da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês é que vão a caminho do abismo!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Deputado Paulo Lopes Macedo, vamos fazer esse caminho. Nós estamos de acordo e apoiaremos todas as medidas que caminhem no sentido de uma reforma efetiva da justiça.

Não temos de fazer tudo de uma vez, é esse o nosso ponto. Temos de fazer escolhas, temos de assumir essas escolhas e temos de conseguir criar aqui o apoio para que isso aconteça, mas não tem de ser um consenso. Não tem de ser um consenso de regime, porque nós sabemos onde vão dar esses consensos de regime: a nada.

Portanto, o que nós queremos é esse plano, essa visão, e iremos contribuir com este pacote legislativo. Temos todo o gosto em negociar, não apenas com o PSD e com os partidos que apoiam o Governo, mas com todos os partidos que estão neste Plenário,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o pagamento das portagens?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … porque, no fundo, isto deveria juntar-nos e unir-nos num só propósito, que é o de facilitar a vida dos portugueses e colocar a justiça a funcionar, para o País poder funcionar também.

Aplausos da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o «imposto Mortágua»? E as portagens? Continuam no vosso *site*. São uns aldrabões!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, cumprimento também o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes pela questão que traz a debate.

Queria começar por lhe perguntar onde é que estava, porque, na discussão do Orçamento do Estado, o PCP trouxe várias propostas para reforçar os meios dos tribunais, nomeadamente de trabalhadores. Isto, quando sabemos que um dos problemas com que a justiça está confrontada é o da insuficiência de recursos humanos, porque faltam trabalhadores e isso depois reflete-se, naturalmente, na lentidão dos processos — como referiu ali de cima, da tribuna, na sua intervenção.

Mas a Iniciativa Liberal não acompanhou o PCP, aliás, como muitas outras forças políticas: vem-se falar da necessidade de uma justiça, mas quando há propostas concretas para, de facto, garantir maior celeridade e eficácia, esses mesmos partidos rejeitam essas propostas.

Gostaria também de lhe falar no seguinte: suscitou aqui a questão da lentidão dos tribunais e colocou como contrapartida a arbitragem. A arbitragem é hoje — aliás, está na essência daquilo que é este sistema! — prejudicial para o Estado, é prejudicial para o interesse público.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Prejudicial, não é!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Quem sai sempre beneficiado são os grupos económicos…

Vozes do CH: — Ah!…

Protestos de Deputados da IL e do CDS-PP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … e isso não me estranha. Porque, de facto, da parte da Iniciativa Liberal, aquilo que pretendem sempre é favorecer os interesses desses grupos económicos…

Vozes do CH: — Oh!…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … e não o interesse público e o interesse do Estado.

Portanto, para lá da necessidade de reforçar os meios, os recursos, as condições, também no que diz respeito ao parque informático e *software*, aquilo que se impunha era proibir, de facto, o recurso à arbitragem por parte do Estado.

Protestos da IL.

Uma última questão que gostaria de lhe colocar prende-se com o acesso à justiça. Não considera que esta é, de facto, uma das grandes dificuldades que temos no nosso País?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Então, pergunto-lhe porque é que também não acompanhou o PCP quando nós colocamos, aqui, em cima da mesa a progressividade da isenção das custas judiciais.

Isso, sim, permitiria a todos, independentemente das condições económicas, aceder a um direito que é…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado André Rijo, do PS, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, quero começar por saudar, na sua pessoa, a Iniciativa Liberal, por trazer a debate o tema importante da justiça. Nós concordamos com algumas das perplexidades que aqui nos trouxe, e com algumas críticas também, sobretudo no que diz respeito à forma como o processo penal muitas vezes é conduzido em Portugal.

Concordamos também que a justiça é um pilar fundamental do Estado de direito democrático e que o acesso à justiça e aos tribunais é, de facto, um direito de todos os cidadãos. Por isso, na nossa ótica, melhorar a justiça não pode nunca significar privatizar a justiça, porque é um acesso a um bem público essencial.

Risos da IL.

Portanto, essa é, digamos assim, uma condição prévia do nosso diálogo parlamentar.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Ótimo que estejamos de acordo.

Melhorar a justiça e, neste caso, melhorar a celeridade na justiça também não pode significar aumentar obstáculos e, sobretudo, os custos no acesso à justiça…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — De acordo!

O Sr. **André Rijo** (PS): — … e aos tribunais. Estamos também de acordo, o que é ótimo para início de diálogo!

Melhorar o sistema e o mecanismo de resolução alternativa de litígios também é algo que não pode significar nunca «desnatar» o nosso sistema judicial. Ou seja, reforçar os mecanismos de resolução alternativas de litígios, sim, mas nunca à custa da «desnatação» daquilo que é o nosso sistema judicial.

Portanto, Sr. Deputado, contará sempre com uma posição responsável do Partido Socialista, numa discussão que é importante para o País, no sentido de tentar fortalecer a justiça e o acesso ao direito a todos os cidadãos. Por isso, cá estaremos para contribuir para essa discussão, e oxalá também a Iniciativa Liberal esteja disponível…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro que sim!

O Sr. **André Rijo** (PS): — … para receber os nossos contributos nessa matéria.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, tem a palavra para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr.ª Deputada Paula Santos, muito obrigado pelas questões — bom, interjeições mais questões!

Repare, quando nós colocamos o Estado a tentar fazer tudo, e é isso que o PCP procura — pôr o Estado como o alfa e o ómega de toda a ação,…

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

… reduzir o cidadão à sua existência enquanto peça do Estado —, de facto, é impossível termos recursos em todo lado. Não é possível, os recursos são finitos!

Existem recursos finitos e, portanto, temos de escolher onde nos vamos colocar. Como o PCP e outros partidos acham que o Estado deve estar presente em todas as facetas da nossa vida, desde que acordamos até nos deitarmos, é natural que depois faltem recursos onde é essencial.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — E a escola pública? E o SNS? E a Segurança Social? Temos de ter recursos!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, a posição da Iniciativa Liberal é: naquelas que são as funções soberanas e insubstituíveis do Estado, temos de ter recursos, e temos de ter recursos bem valorizados, bem recompensados. Portanto, obviamente, será uma das nossas prioridades.

Quanto à arbitragem, percebo que para quem era saudosista do estalinismo, em que os processos decisórios já vinham decididos e nem era preciso montar o tribunal,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Verdade!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … porque aquilo, no fundo, era para se dizer que se fez qualquer coisa, um tribunal arbitral que resolve a vida das pessoas…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não, não!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … — vou repetir: resolve a vida e os problemas das pessoas! — incomoda o PCP.

Só que a existência de tribunais arbitrais é a solução porque o Estado falhou a ser célere na justiça, porque se o conseguisse ser não haveria necessidade de recorrer a um tribunal arbitral. Esta é uma solução de último recurso para muita gente, e a nossa prioridade — e isso, entre muitas outras coisas, diferencia-nos do PCP — é que nós queremos resolver os problemas das pessoas.

Portanto, se os tribunais arbitrais funcionam, tal como os julgados de paz, usemo-los de forma responsável. Já agora, o Estado ganha muitos processos nos tribunais arbitrais,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso! Vá ver, Sr.ª Deputada!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … e, portanto, creio que escusa de tentar vender essa ideia de que os tribunais arbitrais são contra o Estado e que andam a servir quaisquer interesses escondidos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É o que tem acontecido!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Deputado André Rijo, ainda bem que há essa abertura do Partido Socialista para fazermos a reforma da justiça. Não estamos à procura de grandes consensos, estamos, sim, à procura de escolhas democráticas, de um caminho, e depois teremos de conseguir angariar e granjear apoio para percorrer esse caminho. Agora, é impossível não lhe dizer que o Partido Socialista, no diagnóstico do estado da justiça, que acompanhou, tem a sua quota-parte de responsabilidade! Não pode lavar as mãos que nem Pilatos.

A verdade é que o PS é um dos grandes responsáveis por a justiça ter chegado onde chegou, nomeadamente na parte em que também acha que o Estado deve estar presente em todas as facetas e mais alguma da nossa vida. Depois, claro, faltam recursos, faltam meios para aquelas funções essenciais onde o Estado tem mesmo de estar, como é o caso da justiça.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias: Passam, neste ano, 100 anos sobre a admissão legal de que era possível recorrer à greve geral no nosso País.

Demasiado tarde e demasiado pouco, a 1.ª República, na altura, acordou para o facto de que era importante ter o apoio dos trabalhadores, da causa operária, então organizada na que foi a nossa primeira central sindical — a Confederação-Geral do Trabalho —, e admitir que os trabalhadores poderiam e, no caso em que tinham de defender os seus interesses, deveriam recorrer à greve e deveriam ter direito à representação coletiva dos seus interesses e à negociação coletiva.

Durou muito pouco tempo. A ditadura encarregou-se de abolir o direito à greve, e assim estivemos até ao 25 de Abril. Nestes 50 anos em que tivemos direito à greve geral de uma forma estável e continuada, se há característica que é evidente no recurso à greve geral por parte das duas centrais sindicais que temos hoje em Portugal, quando comparado com os outros nossos parceiros da União Europeia, é a parcimónia no recurso à greve geral.

Olhamos para trás e há uma greve geral, quando muito, por década. Olhamos para outros países europeus e temos greves gerais mais frequentes, por razões que não são só de política interna, porque, sim, Sr.ª Ministra, espante-se, as greves gerais ocorrem por razões políticas. Ocorrem porque os trabalhadores sentem e pensam que sem o recurso à greve geral não conseguem, de outra forma, fazer ouvir a sua voz na política, em particular nas políticas de trabalho, mas, pela Europa fora, vemos o recurso à greve geral também por razões de política internacional.

A greve geral é um direito consagrado, legítimo…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Parar o País!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … e alargadamente aceite nos países com os quais gostamos de nos comparar, na Europa e na OCDE.

Portanto, quando as duas centrais sindicais, em conjunto, e as tendências de trabalhadores nessas centrais sindicais, que estão próximas de partidos que incluem o próprio PSD, que apoia o Governo,…

Risos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

… partem para uma greve geral, nós temos a obrigação — pelo menos, Sr. Deputado Alexandre Poço, já que acha tanta graça! — de uma coisa: de respeitar,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Mas podemos discordar, ou não?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … porque nós, neste lugar, não nos podemos esquecer de que tudo o que acontece à nossa volta, desde as pessoas que aqui chegam às 6 horas da manhã,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas não são do Livre!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … para arrumar, limpar, deixar prontas estas salas, até aquelas que nos transportam e as que nos fazem a comida, nada neste País acontece sem trabalhadores. É aos trabalhadores que devemos esse respeito.

Aplausos do L.

Sr. Deputado, quando os trabalhadores, em ocasião rara no nosso País, incluindo aqueles que são afetos ao seu partido, decidem fazer uma greve geral, temos, ao menos, a obrigação de parar para ouvir e para nos perguntarmos porquê.

Neste caso, as razões são por demais evidentes. O Governo avançou com uma reforma da legislação laboral que não discutiu em campanha eleitoral,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … que não tinha no seu próprio programa — podem arranjar os subterfúgios que quiserem —, certamente não com a profundidade, a complexidade e o número de artigos revistos, mais de 100, que apresentam agora neste anteprojeto. Não levaram este anteprojeto a ser discutido com os parceiros sociais, em particular com os próprios sindicatos principais interessados, e, portanto, a única maneira de chamar o Governo à fala foi mesmo convocar esta greve geral.

Levar esta greve geral a cabo, apoiá-la e estar do lado dela é uma maneira de obrigar o Governo a fazer aquilo que deveria ter feito desde o início: se quer, efetivamente, fazer uma reforma, tem de falar com as partes interessadas.

E, aí, desde logo se colocaria uma questão, que é a da pertinência, da necessidade desta reforma, nestes termos, agora. Portugal tem, neste momento, uma força de trabalho ativa maior do que em qualquer momento na sua história. Ela é, aliás, aquilo que tem aguentado as contas do Estado: o «bonito» que se faz em Bruxelas é porque somos superavitários na Segurança Social — contribuições de trabalhadores, tanto nacionais como estrangeiros —, perante uma administração central que o vosso Governo deixa deficitária.

Os trabalhadores, neste momento, são quem aguenta o Estado, o País, a economia, mas também as contas que apresentamos a Bruxelas. Se a economia cresce, é por causa dessa força de trabalho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É graças aos trabalhadores que o País cresce e às empresas! Se não houvesse empresas…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Houve uma reforma recente da legislação laboral que não impediu nem o crescimento económico nem o aumento da força de trabalho. Portanto, a pertinência desta reforma escapa a qualquer pessoa que observe a realidade económica e laboral que temos hoje em dia em Portugal.

Dentro da lógica que as centrais sindicais utilizam com as greves gerais, que é uma lógica de parcimónia legislativa, seria de justificar exatamente porque é que se quer fazer esta reforma, e, depois, perceber exatamente o que é que lá está. Só no que diz respeito ao tempo de trabalho, ao aumento das horas de trabalho sem retribuição imediata, à reposição do banco de horas individual, ao banco de horas grupal original, à desregulação dos horários de trabalho, há aqui uma contradição flagrante com a única justificação que o

Governo, às vezes, apresenta para reformar a legislação do trabalho, ou seja, a de que é preciso aumentar a produtividade.

Ora, a produtividade tem a ver com o valor do que se produz em menos horas de trabalho, não com aumentar as horas de trabalho, que acabam, não só, a diminuir a produtividade, como também a diminuir a qualidade do produto e a aumentar os erros e os acidentes no local de trabalho, que nos custam caro a nós todos.

Desde há 100 anos, tivemos poucas greves gerais. Uma delas para tentar impedir a ditadura, outras usadas com muita parcimónia. O Livre está do lado de uma greve geral que se limita a querer chamar o Governo ao diálogo.

Aplausos do L e da Deputada do PS Susana Correia.

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem cinco pedidos de esclarecimento. Como é que deseja responder?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, em dois conjuntos, um de dois e outro de três.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Assim, 2-3, ganha quem joga fora!

Então, para formular o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Paula Bernardo, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Ana Bernardo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, primeiro, quero agradecer os temas que o Livre nos trouxe hoje, que nos permitem debater algo essencial: o que se pretende com o futuro do trabalho?

Concordamos com alguma da visão aqui apresentada pelo Livre, nomeadamente sobre o conjunto de alterações que o Governo propõe em termos da reforma do Código do Trabalho, alterações essas que recuam em direitos há muito consolidados na esfera da proteção das famílias, da conciliação familiar e até dos despedimentos, e que recuam em matérias da Agenda do Trabalho Digno, implementada pelo Partido Socialista — uma agenda inovadora que olhou para o futuro, mas que sabemos que sempre causou uma grande aversão à direita, que agora a pretende reverter.

Aplausos da Deputada do PS Júlia Rodrigues.

Mas reverte também compromissos anteriormente assumidos entre empregadores, Governo e trabalhadores, na concertação social, em áreas tão importantes como o combate à contratação precária ou o próprio banco de horas individuais.

De facto, sob uma capa de alegada modernização, o que vemos é a velha agenda da direita: recuos; reintrodução de desequilíbrios à custa dos trabalhadores; individualização das relações laborais; facilitação de despedimentos — e não adianta ao Governo dizer que não é assim; e também uma limitação à negociação coletiva e à intervenção sindical.

É uma visão muito peculiar do diálogo social, que este Governo diz querer afirmar e querer valorizar. Aliás, essa visão é igualmente bem visível nas posições do Governo em relação à greve geral, sobretudo naquelas que mostram um desrespeito pelas organizações sindicais e a sua autonomia nas formas como entendem ser a defesa dos trabalhadores que representam.

Por isso, pergunto ao Livre, a quem agradecemos por trazer este tema, se partilha desta nossa visão sobre o futuro do trabalho e se concorda que o trabalho digno e a valorização dos trabalhadores são os pilares do progresso social.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Carla Barros, do PSD.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, eu tive de olhar duas vezes para si para ter a certeza de que não era o discurso, do 25 de Abril, do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também é igual!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Tive de olhar, mesmo, e perceber.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Além disso, depois de ter a certeza de que era o Livre que estava a falar, deu para perceber que o Livre fez uma espécie de pré-aviso ao PCP: ou os senhores, pela via da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses), colocam, no próximo dia 11 de dezembro, todos os trabalhadores na rua,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — … a boicotar o País, a boicotar os serviços mínimos,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — … a paralisar o País,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — … a não deixar ninguém trabalhar, ou então, a seguir ao dia 11 de dezembro, quem toma conta da CGTP é o Livre!

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Foi esse o discurso, Sr.as e Srs. Deputados, que o Livre fez neste Parlamento.

Aplausos do PSD.

Depois, gostaria de esclarecer algumas dúvidas que o Sr. Deputado colocou.

Mas, então, o Governo tem ou não tem legitimidade para avançar com esta reforma — Trabalho XXI? Tem, sim.

Tem, porque, quer no programa eleitoral, quer no Programa do Governo, o Governo assumiu que iria revisitar a legislação laboral para melhorar os rendimentos dos trabalhadores e das famílias, que iria revisitar a legislação laboral para melhor conciliar a vida do trabalhador com a sua vida pessoal e a sua família, organizando melhor os tempos de trabalho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Onde é que está isso?

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Estava lá escrito, era só lerem com atenção.

Protestos do L.

Depois, relativamente à reforma laboral, gostaria de perguntar ao Livre se concorda ou não com o rumo deste Governo no sentido de aumentar o salário mínimo e o salário médio. Concorda ou não com este Governo ao

melhorar os rendimentos das famílias, dos trabalhadores e das empresas pela via da baixa fiscal? Concorda ou não concorda, Sr. Deputado?

Portanto, não adianta ambicionar muito a melhoria do mercado de trabalho, ambicionar muitos modernismos, quando o Sr. Deputado não concorda com o essencial. É isto, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Carla Barros, tem falado ultimamente com os trabalhadores sociais-democratas que estão na UGT (União Geral de Trabalhadores)? Porque seria o mínimo para quem, imediatamente, em relação a uma greve geral, a primeira coisa que faz é leitura tática partidária!

Tem falado com os seus companheiros de partido que se sentam na UGT e que estão a favor desta greve geral? Tem-lhes perguntado porque é que eles acham que é de apoiar esta greve geral? Pelo visto, não tem.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Se calhar, não!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Devo dizer que, neste momento — e a legislação laboral foi revista há pouco tempo —, se o Governo tem legitimidade para reabrir essa legislação, e pode sempre fazê-lo enquanto Governo, deveria, ao menos, ter a obrigação de uma certa fidedignidade perante o País, uma certa hombridade, que era, em primeiro lugar, abrir o debate, fazê-lo aberto; e, depois, desse debate é que resultaria um pacote que permitisse melhorar o que estava a ser feito antes. Assim, não se entende.

Ouço muitas vezes o PSD a queixar-se de que «reformas feitas são desfeitas logo a seguir», «tínhamos acabado de legislar, não houve tempo para avaliar sequer o que foi legislado anteriormente», «aumenta a força de trabalho, tem crescido a economia». O PSD não consegue justificar a pertinência desta reforma.

Em relação à produtividade, as medidas que aqui temos vão obrigar a trabalhar mais horas, o que não significa mais produtividade, antes pelo contrário, como expliquei a partir da tribuna.

Depois, há esta visão. Há pouco falei de um direito à greve geral que tem agora 100 anos. Muita gente era contra esse direito à greve geral, que não chegou a salvar a República na sua tentativa, no fim, de fazer alguma conciliação com os trabalhadores. Ouvi, da sua parte, algo que nesta Câmara nem há 100 anos se ouviu, quando finalmente se legislou para permitir o direito à greve geral, que é esta ideia de que a greve geral é um boicote ao País.

A greve geral são 5 milhões de pessoas, através das suas centrais sindicais, a dizer que é preciso que o Governo venha à fala. Se nós aqui, 230 representantes de milhões de portugueses que votam, de cada vez que nos respondem, dizemos que o desrespeito não é só a nós, mas é a quem vota por nós, então, o desrespeito às centrais sindicais e às suas decisões é um desrespeito a 5 milhões de pessoas, que o partido que apoia o Governo deveria, ao menos, ouvir.

Aplausos do L e da Deputada do PS Susana Correia.

Protestos de Deputados do PSD.

Não pode a Sr.ª Deputada dizer que uma greve geral é um boicote ao País, mas que um Governo tem legitimidade para fazer tudo o que quiser. As legitimidades são as mesmas: dialogar neste País para o fazer avançar.

Estou de acordo, Sr.ª Deputada Ana Paula Bernardo, com a visão, que é o modelo social europeu, de que a dignificação e a valorização do trabalho são uma condição para o avanço económico e para o nosso desenvolvimento. Poderíamos ir mais longe: a participação dos trabalhadores em decisões de empresas, o poder em algumas decisões de gestão — como aconteceu no projeto-piloto da semana de quatro dias, para conseguir que se trabalhe menos horas e que se produza mais e melhor —, é o caminho para que Portugal seja,

finalmente, a economia do conhecimento, tal como de valor acrescentado, com salários mais altos, que nós merecemos e precisamos.

Aplausos do L.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Parece que há um pedido de palavra da Sr.ª Deputada Carla Barros. Para que efeito, Sr.ª Deputada?

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.ª Deputada, antecipo que não seja uma interpelação, mas, enfim, não posso caracterizar por antecipação.
Tem a palavra.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, era para solicitar os seus ofícios para que o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, possa ser devidamente informado, transmitindo-lhe que eu sou presidente dos Trabalhadores Social Democratas da distrital do Porto e que em nada a visão da estrutura autónoma do PSD, que aqui partilho, é beliscada.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E tem falado com eles?!

Vozes do L: — Se calhar, já não é!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto não é uma interpelação!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — É também para informar, Sr. Presidente, pelos seus ofícios, sobre o seguinte: dentro da UGT não há partidos, não há uma estrutura autónoma do PSD, portanto, se quiser baralhar, está a contribuir para a sua própria confusão e não para a confusão dos portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Rui, pede a palavra!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tal como antecipava, não foi uma interpelação à Mesa, foi uma informação sobre a estrutura da UGT, que também pode ser útil para o andamento dos trabalhos.
Sr. Deputado João Ribeiro, do Chega, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos a confirmação da promiscuidade que há entre o poder político e os sindicatos, que vinha da esquerda e vai também até à direita.

Aplausos do CH.

Risos do L.

O Sr. Deputado Rui Tavares começou a sua intervenção por dizer que o direito à greve foi consagrado em Portugal há 100 anos. Acho que, como professor de História — e como eu gosto muito de história —, nos devia fazer pensar que uma solução de há 100 anos, eventualmente, já não é a mais indicada para os tempos que correm.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — A greve, o direito à greve, não pode, alegadamente, significar mortes; o direito à greve não pode significar a destruição de empresas.

Relembro os Srs. Deputados que o País não é esses 7 %, 10 % ou 17 % — são menos de 20 % — de pessoas sindicalizadas! É os outros 80 %, que faz 100 %! São os 10 milhões de habitantes que Portugal tem!

Quando fazemos esse direito à greve, os senhores sabem bem como é que controlam esse direito à greve! Basta fazer uma coisa: acabar com os transportes públicos. Muitos cidadãos que trabalham em empresas que os respeitam, que dão muitas condições, boas condições para crescerem como pessoas, são obrigados a fazer greve ou a faltar ao trabalho naquele dia.

Nesse dia, diga-me, Sr. Deputado, o que é que você diz a esses investidores, a essas pessoas que querem trabalhar, que ficam privadas do seu direito a ir trabalhar?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Também reforço que é muito curioso ver aqui o Livre a falar de trabalho e de trabalhadores — ainda hoje de manhã tivemos uma discussão sobre trabalhadores. Nós, aqui, não falamos em trabalhadores, falamos em colaboradores.

Risos do L, do PCP e de Deputados do PS.

Trabalhadores era há 100 anos! Agora são colaboradores.

Mas é curioso o Livre vir com este tema do trabalho, quando é o partido que defende o não trabalho, que é a semana dos quatro dias.

Protestos do L.

Convido-vos a ver aquele projeto-piloto, que diz: para que é que serve a semana de quatro dias? É boa para as mulheres poderem tratar da casa — é o que está escrito no projeto, venham ler! É boa para fazer as marmitas, é boa para quem ganha menos de 1100 €.

É essa a vergonha que vocês querem para o País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Risos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Nós, aqui, queremos um País — de trabalhadores, não — de colaboradores ricos.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, na sua intervenção disse, e cito, «há uma greve geral por década». Diria que essa é a frase mais relevante da sua intervenção.

De facto, a última greve geral foi em 2013 e vai haver outra em 2025.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É verdade!

Protestos de Deputados do PS e do L.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E o que é que une estas duas datas? Eu explico-lhe, Sr. Deputado: une-as o facto de, nestes dois momentos, o País ser governado por um Governo da Aliança Democrática, ser governado por um Governo do PSD e do CDS.

Curiosamente, durante a governação do PS e, em particular, durante a governação da geringonça, não houve uma única greve geral marcada no País.

Vozes do PS e do L: — E porque será?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É engraçado e não deixa de ser estranho, para a generalidade dos portugueses, esta colocação das greves gerais nestes momentos tão particulares.

Mas, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que há uma grande diferença entre a greve geral de 2013 e a greve geral que está marcada para 2025: é que, em 2013, passávamos por uma recessão económica,…

Vozes do PS: — Ah!…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … passávamos por uma situação particularmente difícil, provocada por uma intervenção externa, que foi provocada por uma bancarrota socialista,…

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Olhe que não foi por isso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e o País estava obrigado a aplicar medidas que foram impostas pelos nossos credores internacionais.

Por isso, de alguma forma, percebia-se que os trabalhadores sentissem necessidade de protestar, embora devessem protestar contra o anterior regime e contra o anterior Governo do Partido Socialista.

Em 2025, Sr. Deputado, o Governo teve o cuidado de não apresentar uma reforma laboral neste Parlamento; apresentou um anteprojeto para discussão na concertação social. Essa discussão mal começou na concertação social e nem chegou aqui ao Parlamento.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Por isso, esta greve é absolutamente extemporânea. Esta greve, para toda a gente que percebe o que está a acontecer, é uma greve eminentemente política, para atacar politicamente o Governo. E, Sr. Deputado, com mais uma agravante: os trabalhadores têm sido os principais beneficiários da política deste Governo, com o aumento…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, queria cumprimentar o Sr. Deputado Rui Tavares pelo tema que trouxe a debate, porque são, de facto, os trabalhadores que põem o País a funcionar, e não há progresso nem desenvolvimento sem a valorização do trabalho e sem a valorização dos trabalhadores.

Mas não é isso que estamos a ver por parte do PSD e do CDS, que têm o apoio da Iniciativa Liberal e do Chega. O que o Governo traz neste pacote laboral é uma verdadeira declaração de guerra aos trabalhadores — basta olhar para o conteúdo que está aqui presente.

Relativamente a esta matéria, os partidos do PSD e do CDS têm procurado colocar tudo o que é lateral, para não ir à essência do que está em cima da mesa, que é um verdadeiro ataque aos direitos dos trabalhadores: o aumento da precariedade, com o aumento do tempo de contrato a termo; o fim da proibição do *outsourcing* nos 12 meses seguintes a um processo de despedimento; a legalização do despedimento sem justa causa; o ataque

aos direitos de maternidade, nomeadamente no que diz respeito à amamentação; a consolidação da caducidade da contratação coletiva.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

É tudo isto que está presente neste pacote laboral e que significa a degradação das condições de trabalho; e a degradação das condições de trabalho significa a degradação das condições de vida dos trabalhadores.

Os trabalhadores estão a dar a resposta face a esta brutal ofensiva por parte do Governo, e isso incomoda muito. Aliás, isso é bem visível nas intervenções do PSD e do CDS, porque incomoda a organização, a unidade e a luta por parte dos trabalhadores.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Então, não incomoda! Estão incomodadíssimos!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): —Essa é, também, uma das matérias que está presente neste pacote laboral e que querem atacar: os direitos sindicais e o direito à greve.

O que está em cima da mesa é que a greve não é extemporânea, a greve é agora, para defender os direitos de quem trabalha. Portanto, aquilo que está em causa não são remendos, mas a retirada desta proposta.

A questão que queria colocar ao Sr. Deputado é a de saber se não acompanha o PCP e se não considera que esta proposta não tem remendos e que é preciso ser retirada.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Rui Tavares, tem a palavra para prestar esclarecimentos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Paula Santos, concordo que esta proposta deveria ser retirada. Além de ser uma proposta errada — ela, sim, extemporânea —, absolutamente inoportuna, injustificável, é um sinal de ingratidão: ingratidão e desrespeito por aqueles que põem este País a funcionar e que permitem ao Governo apresentar contas bonitas em Bruxelas.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ingratidão?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Há uma coisa, Sr. Deputado Paulo Núncio, que é verdade: a AD apresentou projetos de alteração legislativa…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Anteprojeto!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … que atacaram os direitos dos trabalhadores, em 2013. Havia, na altura, uma recessão, um Governo do PS, uma bancarrota, uma crise, que eram os pretextos para esse ataque.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Tudo verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Agora, não há absolutamente nada disso. As contas estão excedentárias, não há uma recessão, a economia cresce, e apresentam um código laboral que ataca o direito dos trabalhadores.

O que é que as duas coisas têm em comum? É que vocês não param de atacar os direitos dos trabalhadores, é que vocês não mudam e, como não mudam, têm a mesma resposta.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

A única diferença é que, em 2013, esperaram dois anos. Agora foi logo a abrir e sem falar com ninguém.

Mas têm aqui uma enorme vantagem. É que a AD e o CDS, por si só, além da enorme convicção da Iniciativa Liberal, que, claro, irá atrás,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não vamos atrás! Lideramos!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … não conseguiriam impor esta reforma laboral. Não conseguiriam, isto é, se não tivessem o apoio, ou devo dizer, a colaboração do Chega, porque aí, desse lado, estão os colaboradores, os colaboradores do Governo, no ataque a 5 milhões de trabalhadores no nosso País. Esses são os verdadeiros colaboradores e não me admira que o colaboracionismo esteja desse lado.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. Deputado João Ribeiro diz-me «a greve é uma solução de há 100 anos, não é da atualidade»,…

Vozes do CH: — É verdade!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Foi o que disseste!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … esquecendo-se de que, nos países com os quais nos gostamos de comparar, nas Dinamarcas e nas Suécias, os salários altos foram conquistados à força de negociação sindical, à força da organização coletiva dos trabalhadores, incluindo greves gerais.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — E agora fazem greve?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sabe o que são as soluções de há 100 anos, que ficaram no caixote do lixo da história? São as daqueles que proibiram o direito à greve. Quem proibiu o direito à greve foi a ditadura militar em Portugal, foram os fascismos pela Europa fora. Essas é que são as soluções de há 100 anos que acreditamos que estão e vão ficar no caixote do lixo da história.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Protestos de Deputados do CH e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Diz o Sr. Deputado que a semana de quatro dias serve para as mulheres irem para casa trabalhar ou fazer a marmita,…

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — É o que está lá escrito!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … com isso demonstrando, no fundo, o que é a sua caricatura em relação àquilo que os trabalhadores podem fazer com o seu tempo livre. Diziam os velhos anarcossindicalistas, quando lutavam pelas 8 horas de trabalho, que queriam 8 horas para descansar, 8 horas para trabalhar e 8 horas para fazer o que quisessem, o que lhes desse na gana.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Os trabalhadores, no seu tempo livre, devem fazer estritamente aquilo que quiserem. Quem defende os direitos dos trabalhadores defende o direito à liberdade de milhões de pessoas de terem uma parte do seu dia, uma parte da sua semana, para fazerem o que quiserem.

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço e contraprotestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem agora a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A mobilização em curso para a greve geral, com a adesão dos mais variados setores, é já uma poderosa demonstração da rejeição do pacote laboral que o Governo e a restante direita ao serviço do patronato pretendem impor, num gravíssimo retrocesso de direitos e agravamento inaceitável da exploração dos trabalhadores.

Quanto mais a Ministra do Trabalho ataca os trabalhadores, mais claras torna as intenções do Governo e do patronato, mais cresce a unidade, mais se avoluma a convicção da justeza desta luta.

Trata-se de uma luta que não cederá perante um Código do Trabalho já muito desequilibrado contra os trabalhadores: é fácil e é barato despedir com indemnizações muito baixas; o trabalhador está impedido de impugnar judicialmente o despedimento coletivo, se receber a mísera indemnização; a caducidade dos contratos coletivos é uma arma do patronato para desarmar a negociação coletiva e impor retrocesso de direitos; continua por repor o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador; estão por corrigir os cortes à retribuição e à compensação do trabalho suplementar.

Mas querem que o Código vá ainda mais longe no abuso da precariedade, na gritante desregulação dos horários de trabalho, no recurso indevido e abusivo ao trabalho por turnos e noturno.

Este pacote laboral não apresenta qualquer sinal de modernização ou sequer de inspiração nos avanços científicos e tecnológicos. É um regresso a um modelo de exploração típico do século XIX.

A inovação científica mostra que é possível reduzir a jornada de trabalho para as 35 horas semanais e 7 horas diárias em todos os setores. Mas patronato, Governo e restante direita querem aumentá-la para as 50 horas ou mais por semana. Querem mesmo retornar à jornada do sol a sol.

O Governo está tão empenhado no assalto aos direitos dos trabalhadores, que até admite sacrificar o sacrossanto acordo da concertação social. O Governo ataca todos os trabalhadores, quer cilindrar os direitos e as aspirações dos jovens — dos jovens trabalhadores e de todos os jovens. Diz o Governo que os jovens não querem emprego para a vida, como se já hoje três quartos dos novos contratos de trabalho não fossem a prazo.

Mas os jovens querem mesmo poder decidir as suas vidas e não ser obrigados à precariedade permanente. Desejam vida segura e previsível, carreiras e salários justos, constituir família e ter tempo para si e para os seus.

No entanto, o Governo quer agravar-lhes a precariedade, perpetuar-lhes os contratos a prazo, deixar-lhes a vida sem horizontes — uma vida acorrentada pelos interesses do patrão, aprisionada pela intensificação dos ritmos e da duração do trabalho, esmagada pela desregulação dos horários, pelo banco de horas individual, pela imposição generalizada do banco de horas grupal; uma vida capturada pela apropriação do tempo de vida pessoal e familiar, com o desrespeito pelos direitos de maternidade e de paternidade; uma vida de trabalho cada vez mais longa, tão longa que não se vislumbra a idade da reforma, e eternizada num modelo de salários baixos e de trabalho suplementar mal pago e submetido aos caprichos do lucro.

A pretensa modernidade deste pacote laboral tresanda a ideias bafientas e passadistas e não consegue dissimular os brutais ataques a direitos constitucionais.

Com o seu ódio de classe, o Governo e a restante direita ao serviço do capital pretendem destruir os direitos de organização dos trabalhadores, impedir a ação dos seus sindicatos nas empresas e neutralizar as suas lutas.

Nunca como hoje o direito à greve, uma conquista dos trabalhadores que custou muitas décadas de sacrifícios, perseguições, prisões, torturas e assassínios, esteve tão ameaçado.

Nesta violenta ofensiva contra os trabalhadores, patronato, Governo e direita unem-se contra o direito ao trabalho e o direito a não ser despedido sem justa causa.

Num cinismo sem limites, o patronato e a direita tentam convencer-nos da bondade de uma monstruosidade: a de poder despedir sem ser obrigado a reintegrar o trabalhador, mesmo que o tribunal declare ilícito o despedimento.

Não, o caminho não pode ser de retrocesso. O caminho tem de ser de progresso, de justiça social e desenvolvimento. E uma saída que os trabalhadores vão exigir com a sua unidade e a sua força na greve geral é a retirada do pacote laboral!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem seis pedidos de esclarecimento. Imagino que queira dividir as respostas em dois grupos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito bem.

Então, para o primeiro pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira, do PS.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Alfredo Maia, quero saudá-lo por ter trazido aqui o tema da alteração à legislação laboral — uma alteração que temos de analisar quanto ao tempo e quanto à forma como foi apresentada. Por muito que o PSD tente disfarçar, a verdade é que não foi correta, não foi leal a forma como o Governo apresentou esta alteração à legislação laboral.

Aplausos do PS.

Durante a campanha eleitoral, não falou desta vontade, não disse que faria esta reforma. Se fosse boa para os trabalhadores, não temos dúvidas de que o PSD e o CDS não deixariam de falar desta reforma que agora apresentam.

Mas vamos ao conteúdo. São mais de 100 propostas que aumentam a precariedade dos trabalhadores.

Fala o Governo e fala o PSD em negociação.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Estamos a negociar!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Dizem: «Vamos negociar.» Mas os trabalhadores vão negociar o quê? Mais ou menos precariedade? É que a proposta que apresentam nada tem que melhore a vida dos trabalhadores.

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada do PSD Carla Barros.

Estamos em 2025, temos a economia a crescer como nunca, o desemprego em mínimos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — E o que a direita quer é que os trabalhadores deixem de acrescentar direitos e acentuem recuos. É essa a vossa proposta para o mundo do trabalho e dos trabalhadores.

Sr. Deputado Alfredo Maia, a pergunta que lhe quero deixar é a de saber se nas 100 propostas do Governo existe alguma que seja favorável para os trabalhadores. Porque, para o PS, uma alteração à reforma laboral tem de ser clara, tem de dinamizar a economia e tem de melhorar as condições dos trabalhadores.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alfredo Maia, no debate anterior, o PSD tentou explicar-nos porque é que o Governo tem legitimidade para apresentar uma alteração tão profunda à lei laboral sem aviso prévio, mas o pré-aviso de greve em resposta não é legítimo.

E não é legítimo porquê, na opinião do PSD e do Governo? Em primeiro lugar, não é legítimo porque o processo está em aberto, dizem. Mas a verdade é que há um anteprojeto bastante detalhado, e também é verdade que o Governo disse às centrais sindicais que as traves-mestras desse anteprojeto não estavam em discussão. Por isso, a ideia de que «é só uma ideia» está um bocadinho longe da realidade.

O segundo motivo pelo qual esta greve não teria legitimidade é porque é política. É claro que é política. Todas as greves são políticas! A decisão do Governo de agravar as condições para a precariedade dos trabalhadores é política. A decisão que toma para desregulamentar horários de trabalho é uma decisão política. Portanto, é óbvio que a greve também é política.

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

Pergunta-se agora: então, a greve tem ou não tem legitimidade?

Srs. Deputados, quem vai decidir isso são os trabalhadores. Cada trabalhador vai olhar para aquela proposta e vai perguntar-se: como é que esta lei afeta a minha vida? O banco de horas individual, como é que afeta a minha vida? A desregulamentação do horário de trabalho, como é que afeta a minha vida?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Dá flexibilidade!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — O prolongamento de contratos a prazo sem nunca ter um contrato fixo, como é que afeta a minha vida? Como é que as novas regras de despedimento vão afetar a minha vida? Como é que as novas regras das horas extraordinárias vão afetar a minha vida e o meu salário? São estas as perguntas.

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

Coloca-se aqui uma outra questão. Depois de fazerem estas perguntas e de decidirem se devem ou não devem fazer greve geral, a questão que se põe é: quando se perceber que esta lei não tem o apoio do País e tem a oposição do País, com que apoio é que a lei chega à Assembleia da República? E nesse momento vamos perceber uma coisa. Que o Chega é muleta do Governo, nós já sabemos. O que vamos tentar perceber é se, além de muleta, vai ser andarilho do Governo, para que se aprove esta lei laboral.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!… Andarilho?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, já é a segunda declaração política nesta sessão sobre a lei laboral e a greve geral.

A Iniciativa Liberal decidiu dirigir o seu pedido de esclarecimento sobre este tema ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, por duas razões. A primeira é porque, assim, fazemos o pedido àquele que de facto é original, é genuíno, e não dá uns ares de moderninho, como o Livre, mas depois é exatamente igual ao PCP e ao Bloco de Esquerda.

Vozes da IL: — Bem lembrado!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — A outra razão é porque fazer uma pergunta ao PCP é uma espécie de dois em um. Assim temos já uma resposta que é do PCP e da CGTP.

Portanto, vamos lá aos três pedidos de esclarecimento que temos para fazer ao Partido Comunista sobre estes temas.

Primeiro, sobre a questão da greve geral, queríamos saber se o PCP está disponível para que se faça uma revisão da lei da greve. Obviamente, não está em causa o direito à greve, mas pergunto se estão disponíveis para fazer uma conciliação de direitos constitucionais. Isto porque, se o direito à greve é um direito constitucional, também o é o direito das pessoas ao trabalho, à livre circulação. Ora, aquilo a que temos assistido ao longo destas décadas é que, quando há uma greve desta dimensão, os direitos de muitos cidadãos — sobretudo das pessoas que precisam de transportes públicos, precisam das escolas a funcionar, da saúde a funcionar — ficam sem efeito. A pergunta é, pois: como conciliar estes direitos em sede de revisão da lei da greve?

Segundo, sobre a concertação social, queríamos saber se está o PCP disponível — e a CGTP também — para se rever a questão da representatividade da Comissão Permanente de Concertação Social, sobretudo para que haja mais representatividade, nomeadamente dos trabalhadores independentes, por exemplo, ou em temas específicos, para que comissões de trabalhadores possam também participar e isto não seja um duopólio das centrais sindicais.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Por último, queríamos saber se o PCP também está disponível para que haja uma aproximação entre o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, isto é, se também estão disponíveis para que haja essa conciliação.

Aplausos da IL.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, agradeço as questões colocadas pelos Srs. Deputados Hugo Oliveira, Mariana Mortágua e Rodrigo Saraiva.

Gostaria de começar por salientar que pelo PCP responde o PCP, pela CGTP responde a CGTP, pela UGT responde a UGT, por cada uma das organizações sindicais que aderiram e que se estão a mobilizar para esta greve responde cada uma das centrais sindicais e das organizações sindicais. Era o que faltava, Sr. Deputado, que nos apanhassem aqui a arrogar o direito de representar quem quer que seja, a não ser o nosso próprio partido.

O PCP está sempre disponível para melhorar as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, como está também disponível — e isso tem sido demonstrado — para melhorar a vida das micro, pequenas e médias empresas, o que, aliás, está plasmado nas inúmeras propostas que aqui temos apresentado.

Protestos de Deputados do PSD.

Em relação à pergunta que consiste em saber se neste pacote laboral há alguma matéria suscetível de melhoria, de negociação, eu diria que este pacote é mesmo inaceitável e tem mesmo de ser retirado. Não tem mesmo nenhuma alternativa.

Por isso, o que esperamos é que esta greve geral, cuja preparação está em marcha, confirme a exigência dos trabalhadores — do conjunto dos trabalhadores, incluindo os não sindicalizados —, exigindo ao Governo que retire este pacote, que é absolutamente inaceitável e inegociável.

Srs. Deputados, em relação à mossa que uma greve causa, evidentemente que as greves causam sempre incómodo, causam mossa na vida das pessoas, mas causam mossa, a começar, nos próprios trabalhadores que as cumprem, porque são penalizados na perda de um dia de salário, quando a greve é de um dia.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que muitos de nós, aqui, já temos a experiência de ter não só participado em greves, mas também de as ter dirigido. E devo dizer que, de facto, é um exercício muitíssimo exigente esta ponderação no recurso a uma arma fundamental para a defesa dos direitos, para a defesa das organizações sindicais e das suas reivindicações.

Protestos do Deputado do CH João Ribeiro.

Por isso, este Parlamento tem o dever indeclinável de proteger esse direito que custou tantos sacrifícios, e até vidas, a conquistar.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Helga Correia, do PSD.

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Deputado Alfredo Maia, já era hora de o PCP trazer a este Parlamento um discurso novo para o País e para os trabalhadores, um discurso atualizado para os desafios do século XXI, os desafios da era digital.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Este discurso tendencioso e encapotado do PCP cria bloqueios ao País. O Sr. Deputado referiu-se, ali de cima, da tribuna, ao capital. Fala sempre do capital. Mas, Sr. Deputado, o capital é fundamental para criar empregos e empregos de qualidade para as pessoas.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, não é a colocar os empregadores contra os trabalhadores que vamos criar soluções para estes trabalhadores, ou a tirar os trabalhadores das empresas e colocá-los na rua para justificar a ausência do PCP da concertação social. Sr. Deputado, o PCP privilegia sempre a agitação social nas ruas em detrimento do diálogo social e da paz social.

Queria dizer ao Sr. Deputado Alfredo Maia e também ao Sr. Deputado Hugo Oliveira que no programa eleitoral e no Programa do Governo — o que já foi aqui reafirmado pela minha colega, Deputada Carla Barros —,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — E muito bem!

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — … programa eleitoral esse que foi sufragado em maio…

Risos do Deputado do PS Hugo Oliveira.

… e no qual os portugueses votaram, já se sabia, e estava explícito, no Programa do Governo, em ambos os programas, que o Governo iria revisitar a legislação laboral.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não senhor!

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Por isso, este *dossier*, o anteprojeto Trabalho XXI, é isso mesmo — a atualização da legislação laboral perante os desafios do século XXI e os novos desafios do trabalho. Não vale a pena encontrar falsos argumentos onde eles não existem.

Sr. Deputado, este é o momento certo, com indicadores favoráveis, como aqui já foi referido,…

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — … quer a nível económico quer a nível do emprego, pois estamos com pleno emprego.

Com esta reforma, este Governo ambiciona mais rendimentos para os trabalhadores e para as empresas. E importa aqui perceber, Sr. Deputado, se o PCP está ou não disponível a trabalhar com este Governo em prol dos trabalhadores, das empresas, que os senhores muito subestimam, pela via do diálogo…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, não se preocupe que não seremos o andarilho, nem a muleta, nem tudo o mais deste Governo, porque estaríamos sujeitos a que acontecesse o que aconteceu ao Bloco de Esquerda, quando foi a muleta, o andarilho, o braço dado com o Partido Socialista, que quase desapareceu deste Parlamento — quase desapareceu! E, bom, desaparecerá em breve!

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

Sr. Deputado Alfredo Maia, não lhe vou recordar o que é que podiam ter feito no tempo da geringonça. Não lhe vou recordar, inclusive, o que o Partido Socialista fez sempre contra os trabalhadores, no tempo em que os senhores apoiavam o Partido Socialista e em que não ouvi falar, nessa altura, em greves gerais. Há uma greve geral porque é um Governo de direita, porque senão não existia nenhuma greve geral em Portugal.

Aplausos do CH.

Mas, ó Sr. Deputado, ouvi-o falar de «ideias bafientas» — ideias bafientas! Confesso que fechei os olhos e comecei a pensar: «Álvaro Cunhal, 1975. Que pesadelo que estou a ter!» Mas, afinal, não — estávamos em 2025 e era o Sr. Deputado Alfredo Maia.

Risos do Deputado do CH Rui Afonso.

Ó Sr. Deputado, nesta bancada não abdicaremos de duas coisas nesta reforma laboral: não abdicaremos dos horários flexíveis dos trabalhadores por turno e não abdicaremos da licença de amamentação para as mães.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É que nós somos muito diferentes, Sr. Deputado.

Para já, temos 60 Deputados e o PCP está reduzido a três Deputados. E depois estamos ao lado de quem trabalha. Nós não estamos aqui por ideologia, tal como os senhores fizeram no Orçamento do Estado.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ouçam! Ouçam!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estamos cá com dezenas de propostas, tal como fizemos no Orçamento do Estado, e em cuja votação os senhores se abstiveram. Não tiveram coragem de votar a favor dos polícias, dos bombeiros, dos oficiais de justiça, dos funcionários públicos, dos trabalhadores por turnos!

Aplausos do CH.

Os senhores são a maior farsa que existe neste Parlamento português. Disse a Deputada Paula Santos que o PSD, o CDS e a IL fazem declaração de guerra aos trabalhadores. Disse o Deputado Alfredo Maia que é a direita ao serviço do patronato. Disse o Deputado Paulo Raimundo — hoje ausente, certamente a tentar que venha mais gente para essa greve geral — que o PSD, o CDS e a IL são porta-vozes da minoria que quer explorar ainda mais a maioria que trabalha.

A pergunta que faço é a seguinte: em Beja, ao lado do PSD, do CDS e da IL, os senhores fizeram uma coligação para entrar na vereação. O que é que tem a dizer sobre isto, Sr. Deputado? O que é que tem a dizer sobre isto?

Aplausos do CH.

O orador exibiu uma notícia.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos e contraprotestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado…

Continuação de protestos e contraprotestos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados…

Pausa.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alfredo Maia, já aqui foi mencionado o século XXI, foi até referido que devíamos ser «moderninhos», mas, na verdade, a pergunta que queria colocar era a seguinte: com toda a evolução tecnológica que temos, neste século XXI — com as questões da automação, com o aumento das telecomunicações, em que estamos todos ligados a todo o mundo, com o aumento da inteligência artificial —, considera que é inevitável que isto represente um aumento da precariedade, vidas mais incertas, sem certezas no futuro?

Ou, muito pelo contrário, deveríamos estar a usar a evolução tecnológica — o aumento das telecomunicações, a automação — para melhorarmos a vida de todos nós, para garantirmos que todos temos vidas mais tranquilas, que temos mais tempo em família e que temos, também, uma melhor produtividade e, portanto, também um aumento dos salários?

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Depois há outra questão, que também é muito relevante neste século XXI em que vivemos: o conhecimento científico tem avançado muito e agora sabemos do impacto que o trabalho por turnos tem na nossa saúde. Sabemos da importância, por exemplo, que os primeiros 1000 dias de vida têm no desenvolvimento de uma criança, na sua criação de laços afetivos e no desenvolvimento junto da sua família.

Portanto, como é que não estamos a usar tudo o que é esta inovação tecnológica para melhorarmos as nossas condições de vida, para garantirmos mais tempo para as famílias, para garantirmos mais tempo para as crianças?

Isto porque a precariedade não é em si uma fragilidade, é só uma necessidade de habituação à mudança, como disse, aliás, um candidato à Presidência da República. Considera que isto é verdade? Não é, não é verdade.

E, portanto, a minha pergunta final é a seguinte: perante este enorme ataque aos direitos dos trabalhadores, perante o retrocesso enorme que este anteprojeto Trabalho XXI representa, como é que o País não se levantaria contra este anteprojeto e como é que o País não foi levado, na verdade, a uma greve geral provocada pela Sr.ª Ministra do Trabalho?

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, agradeço aos Srs. Deputados Helga Correia, Pedro Pinto e Isabel Mendes Lopes pelas questões interessantes e desafiantes que colocaram nesta fase.

Risos do Deputado do CH João Ribeiro.

Pergunta-nos a Sr.ª Deputada Helga Correia quando é que nos apresentaremos aqui com um discurso novo.

Protestos da Deputada do PSD Helga Correia.

Ó Sr.ª Deputada, pergunto quando é que o PSD, o CDS, o Chega e a Iniciativa Liberal se apresentam aqui com um projeto novo de sociedade,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o PSD?! E em Beja?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … não assente nos alicerces do passado, da Revolução Industrial do século XIX. Essa é que é a questão!

Diz a Sr.ª Deputada que este pacote se vira para a era digital, mas gostaria que fizesse um pequeno exercício que é o de revisitar todo o articulado deste anteprojeto e perguntar que ínfima parte é dedicada às atividades digitais, e se não há — sim ou não — uma grande parte das normas que quer alterar que continuam dirigidas aos trabalhadores de chão de fábrica, que trabalham na indústria e no comércio e que são confrontados com o aumento da precariedade, a intensificação dos seus ritmos de trabalho e a duração das jornadas de trabalho.

Isto não tem nada de digital, é mesmo antigo, é mesmo bafiento, Srs. Deputados. É do passado, não é do futuro!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Diz o Sr. Deputado Pedro Pinto que a greve geral acontece porque há um Governo de direita.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma greve política!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ideológica!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Há, sim, é claro que há um Governo de direita e, sim, confirma-se, com uma política violenta da direita contra os trabalhadores e os trabalhadores não têm a mínima dúvida disto. E é por isso que se estão a mobilizar para o próximo dia 11.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E em Beja, não há trabalhadores?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — E sim, Sr. Deputado, esta política é mesmo bafienta, é mesmo passadista, é mesmo para manter os trabalhadores escravizados ao sabor do lucro e não tem um pingo de modernidade, ao contrário do que nos querem fazer crer.

É verdade, Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, há aqui uma contradição insanável, no plano teórico, bem entendido, entre os avanços científicos, tecnológicos e até organizacionais de que as empresas poderiam lançar mão e o propósito deste Governo — o propósito do PSD, do CDS, do Chega e da Iniciativa Liberal, e é bom que ponhamos os nomes às pessoas! —,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! Muito bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … de querer levar a cabo o que só acontecia, de facto, em modelos de exploração económica do passado, e que são incompatíveis com os avanços que temos alcançado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo…

Entretanto, o Deputado do CH Pedro Pinto faz um sinal com a mão à Mesa para intervir.

Sr. Deputado, é melhor ligar para a Mesa. Se são castanholas é em Espanha, não é aqui.

Risos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, também não posso começar aos gritos, não é?

O Sr. **Presidente**: — Não, mas tem o telefone.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Certamente que por esquecimento, ou até por desconhecimento, o Sr. Deputado Alfredo Maia não se referiu nem respondeu à pergunta que lhe fiz. Eu queria só entregar, e pedia à Mesa esses bons préstimos, a notícia que diz o seguinte: «Beja: CDU (Coligação Democrática Unitária) assume pelouros…

O Orador exibiu a notícia que mencionou.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … e junta-se a PSD/CDS/IL no Executivo Municipal.»

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado, já ouvimos…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ou seja, em Beja, estes atentados aos trabalhadores, estes partidos que estão contra os trabalhadores, fizeram um acordo com o PCP.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Paulo, fala disto de Beja!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Beja é linda!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Na semana em que comemoramos a Restauração da Independência, Portugal aposta na instituição pela qual a conquistou, as Forças Armadas.

Afinal, como escreveu Mouzinho de Albuquerque, «este Reino é obra de soldados». Portugal já não é reino, mas esta República também é obra de soldados: foram os soldados que acabaram com o Estado Novo, em Abril de 1974; mas também foram os soldados que impediram que a liberdade e a democracia fossem destruídas, em Novembro de 1975.

Por isso, na semana em que celebramos o 1.º de Dezembro, quero saudar as Forças Armadas pelo papel inestimável na defesa da nossa independência, ao longo de quase nove séculos de existência.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A defesa nacional foi sempre um dos parentes pobres da governação do Partido Socialista e da geringonça. O PS, aliás, nunca lidou bem com questões de soberania e de autoridade. Com a geringonça, a defesa foi mesmo uma daquelas áreas em que o PS teve de ceder às pretensões da extrema-esquerda, que continua a achar que Portugal não tem de se defender, porque se considera segura do alto das suas pretensões morais.

Esse abandono político teve consequências bem reais. As Forças Armadas perderam efetivos todos os anos. Triste e indigno o caminho a que o PS e a extrema-esquerda votaram as nossas Forças Armadas. Mas, felizmente, esse tempo chegou ao fim.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Com este Governo PSD/CDS as Forças Armadas já não estão abandonadas. Passaram a ser uma prioridade política nacional. A defesa passou de prima do mestre de obras à obra-prima do mestre.

Vozes do CH: — Ei!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O CDS tem muito orgulho e sente responsabilidade, nesta matéria, com um Ministro da Defesa Nacional, pela sexta vez na nossa história.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Este caminho de valorização da defesa nacional começou logo no primeiro dia do XXIV Governo Constitucional e começou pelo seu maior ativo, as pessoas, os militares das nossas Forças Armadas e os antigos combatentes.

O PS deixou as Forças Armadas com militares completamente desmotivados. O que fez o Governo PSD/CDS? Aumentou salários, subiu suplementos e criou o primeiro apoio em caso de incapacidade ou morte de militar no ativo.

Aplausos do PSD.

Com estas medidas, e em pouco mais de um ano, o Governo conseguiu inverter a tendência de uma década e aumentou o recrutamento e a retenção de militares nos três ramos das Forças Armadas.

O PS deixou os deficientes das Forças Armadas na fila de espera pelo seu estatuto. O que fez o Governo PSD/CDS? Começou imediatamente a resolver essas pendências, para que os processos, que demoravam até seis anos, sejam hoje resolvidos em apenas 60 dias.

O PS deixou os antigos combatentes a ter de escolher entre alimentação e medicação. O que fez o Governo do PSD/CDS? Garantiu medicamentos gratuitos a todos os pensionistas antigos combatentes.

E o caminho da valorização da defesa nacional prossegue, agora, com um investimento decisivo na modernização dos equipamentos militares.

O PS deixou as Forças Armadas cativas…

A Sr. **Júlia Rodrigues** (PS): — Gostam de ser do PS?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … pelo garrote ao investimento. Mais uma vez, o que fez o Governo PSD/CDS? Avançou com um investimento histórico, estratégico e sem precedentes na defesa nacional.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ao abrigo do programa SAFE (Security Action for Europe), o Governo vai investir 5,8 mil milhões de euros para reforçar e modernizar as Forças Armadas. São 5,8 mil milhões de euros em equipamento para todos os domínios e nos três ramos das Forças Armadas — Exército, Marinha e Força Aérea.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E este é um investimento em mais capacidades reais. Mais capacidade de ação para as Forças Armadas, mais capacidade para cumprirmos os nossos compromissos com os nossos aliados internacionais, e mais capacidade para gerar riqueza, gerar emprego e criar mais atividade na indústria de defesa nacional.

O contraste não poderia ser mais evidente. Com o programa europeu ASAP (Act in Support of Ammunition Production), os governos do PS não trouxeram um único euro para Portugal. Repito, nem um único euro para Portugal! Com o Programa Europeu SAFE, o Governo vai captar 5,8 mil milhões de euros de investimento para Portugal. Este será o maior programa de investimento conjugado, em democracia, nas Forças Armadas e vai determinar o futuro da defesa nacional na próxima década.

Sr.as e Srs. Deputados: Para o PS, como se viu, sempre foi assim. Estado maior, defesa menor. Nada mais errado, principalmente quando aumentam as ameaças às democracias deste mundo. Por isso, este Governo fez o inverso, apostou, investiu e valorizou as Forças Armadas.

Mais uma vez, com o Governo da AD, mais uma vez, com um Ministro da Defesa Nacional do CDS, mais uma vez com resultados impressionantes, as Forças Armadas têm um Governo que confia, acredita e aposta na defesa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem cinco pedidos de esclarecimento.

O Sr. Deputado informou a Mesa de que responderá a um primeiro conjunto de três pedidos de esclarecimento e a um segundo conjunto de dois. Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Faro, do Partido Socialista. Faça favor.

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e os Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, por momentos, quando iniciou a sua intervenção a falar no 1.º de Dezembro, pensámos que estaria aqui a ter uma…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Alucinação?

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Não. Pensámos que estaria a ter uma visão e que, neste caso, iria falar sobre o embaraço de ter votado também na AD. Percebemos que rapidamente reverteu essa posição.

Aplausos do PS.

E gostaria de dizer-lhe, Sr. Deputado, que, de facto, o que não é, nunca, embaraço é votar no Partido Socialista,…

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — … porque os orçamentos na área da defesa e respetivas execuções têm crescido de forma muito significativa e sustentada, não é só agora.

Protestos de Deputados do PSD.

A narrativa do desinvestimento nas Forças Armadas é, por isso, falsa — e o Sr. Deputado sabe que é falsa —, resulta de um caminho que foi iniciado pelo Partido Socialista e que, entretanto, não nos deixaram terminar.

Risos do PSD.

O Sr. Deputado não quer assumir isso, e não querer assumir isso é não acreditar nos factos.

Aplausos do PS.

Quanto à atual proposta para a defesa nacional, obviamente que não podemos dizer que é má, estaríamos a ser desonestos se o disséssemos. Dela constam diversos investimentos, como o Sr. Deputado referiu, estruturantes para a modernização das nossas Forças Armadas, seja na Marinha, seja no Exército ou nas próprias Forças Armadas.

Mas, Sr. Deputado, o que é importante percebermos é que, efetivamente, quanto à concretização do tal famigerado Plano de Reforço Estratégico de Investimento para a Defesa, com objetivos ambiciosos e claros para a década 2025-2035, ninguém sabe que plano é este e quais são os objetivos, as metas ou as fontes de financiamento.

No Orçamento do Estado — que é um exercício, de facto, anual, e este plano é para 10 anos — já se fala dele há quase dois anos, mas o mesmo não vê a luz do dia. E nós queremos que veja a luz do dia, Sr. Deputado. O que tem para dizer sobre isto?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, do Chega. Faça favor.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, ouvindo o início do seu discurso, pensei que, para um partido que sustenta um Governo de esquerda, estava muito próximo de nós.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — De direita!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — É que à nossa direita está um muro, Sr. Deputado.

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Deputado, o partido Chega partilha com o Sr. Deputado a preocupação por umas Forças Armadas devidamente equipadas e preparadas para intervir em todo o tipo de teatros de operações.

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

Ouvindo o Sr. Deputado, facilmente acedemos em reconhecer que a verba colocada à disposição dos Estados europeus pelo SAFE não pode ser negligenciada e deve também permitir o desenvolvimento da indústria nacional, reconstruindo um sistema industrial de defesa que, na utopia da paz eterna e das guerras longínquas, foi criminosamente destruído nos últimos 50 anos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Pretende-se adquirir fragatas, substituir os velhinhos blindados M113, garantir a capacidade antiaérea de baixa e muito baixa altitude e constituir a rede de satélites de apoio às operações militares.

As questões são imediatas: baseia-se em que perspetiva estratégica? Qual o adversário que pretende dissuadir ou combater? Em que teatros de operações?

Assim, Sr. Deputado, para quando um Conceito Estratégico de Defesa Nacional atualizado? Sr. Deputado, porque a coesão territorial também é defesa nacional, estará o Governo que apoia decidido, com o investimento na base industrial de defesa, a ajudar a combater o despovoamento do interior,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — … orientando parte desse investimento para *clusters* a estabelecer, apoiados em infraestruturas logísticas e em centros de investigação das academias aí existentes?

Sr. Deputado, são muitos os desafios. Para os vencer, é necessário haver um objetivo e um caminho para o atingir.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É o que nós temos!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Receamos que, no atual Governo, tal não exista.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Núncio, dispõe de 3 minutos para responder.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, respondendo, em primeiro lugar, à Deputada do PS, Patrícia Faro, o PS tem um enorme descaramento, também nesta matéria, em falar do legado que deixou.

É falar com os militares, é falar com os chefes militares e eles dir-lhe-ão a situação, absolutamente catastrófica, em que o PS deixou as Forças Armadas. O que não é nada surpreendente, porque o PS nunca lidou bem com questões de autoridade e questões de soberania. O PS não gosta da autoridade, o PS não trata bem a questão de soberania.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — E o embaraço?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ó Sr.ª Deputada, deixe-me dizer-lhe: o PS deixou as Forças Armadas completamente desmotivadas.

O PS deixou os deficientes das Forças Armadas completamente sozinhos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E o PS deixou os antigos combatentes completamente isolados. O PS fez tudo mal na defesa. E a primeira coisa que devia aqui assumir era vergonha…

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — O embaraço!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … por aquilo que fez e pedir desculpa ao País pela forma como deixou a defesa nacional.

Aplausos do PSD.

Sr.ª Deputada, deixe-me também dizer-lhe o seguinte: com a direita na defesa, garante-se a independência e garante a soberania portuguesa. E estamos absolutamente convencidos do caminho que o Governo traçou, primeiro, a valorizar o bem mais importante, que são os militares, depois, a apostar decisivamente neste investimento, que é um investimento *record*, é um investimento sem precedentes, é um investimento absolutamente estratégico para o futuro da defesa nacional.

Num momento em que se ouvem cada vez mais ameaças às democracias ocidentais é muito importante que tenhamos um Governo competente em matéria de defesa…

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — A comprar helicópteros!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e este é um Governo competente em matéria de defesa.

Sr. Deputado do Chega, Nuno Simões de Lemos, porque…

Vozes do CH: — Melo, Melo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Nuno Simões Melo…

Vozes do CH: — De Melo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Nuno Simões de Melo, o Ministro é que é, verdadeiramente, Nuno Melo.

Ó Sr. Deputado, só o aconselhava a conversar com o seu líder parlamentar. O seu líder parlamentar, num rasgo de lucidez,…

Risos do PSD.

… apelidou este Governo, e esta maioria, de Governo de direita e maioria de direita. Passados poucos minutos, não devia estar com atenção, e apelidou este Governo de esquerda. Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe: é bom que siga as palavras sábias do líder parlamentar do Chega.

Risos do PSD e de Deputados do CH.

Este é realmente um Governo de direita, que leva muito a sério as questões de soberania e, designadamente, as questões de defesa.

Aplausos do PSD.

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimentos, o Sr. Deputado José Lago Gonçalves, do PSD.

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, começo por saudar o Deputado Paulo Núncio, por suscitar a magna questão da defesa nacional, a qual, não obstante ser uma matéria inscrita nos pilares de soberania do Estado, não mereceu outro tratamento que não a desconsideração e o desprezo nos anos de governação socialista.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Isto porque, durante os oito anos de governação do Partido Socialista, a defesa foi, realmente, tratada como um parente pobre. Foi esquecida nos corredores, como se a segurança fosse um luxo e não um pilar fundamental.

Ora, Sr. Deputado Paulo Núncio, queria dizer-lhe, a si e à Câmara, que esse tempo acabou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Acabou porque, em 2023, quase uma década após a Cimeira de Gales, que fixou como 2 % do PIB a meta orçamental, Portugal era um dos 6 países em 28 que não cumpria as metas, falhando a sua palavra junto dos seus aliados.

Hoje, no tempo exigente em que vivemos, a credibilidade de Portugal voltou, graças a um Governo que, em apenas um ano e meio, mudou o rumo da política de defesa.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Em 2025, cumprimos exemplarmente com as nossas obrigações internacionais para com a Aliança Atlântica e, assim, recuperámos a credibilidade externa do País.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Bem!

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Sr. Deputado, porque este investimento não é despesa, é, sim, visão, é soberania, é futuro, pergunto diretamente se acredita, como nós acreditamos, que, para além de indispensável, este reforço da capacidade militar e de modernização de equipamentos pode funcionar como um catalisador da criação de riqueza e robustez do setor da defesa em Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Orçamento do Estado para 2026 prevê um reforço de 772 milhões de euros na defesa, um aumento de mais de 25 % num único ano, elevando a dotação total para 3837 milhões de euros.

Este salto ocorre no contexto de uma trajetória crescente, dado o compromisso do Governo de ultrapassar já, em 2025, a meta de 2 % do PIB em despesa militar, antecipando prazos previamente definidos.

Mas o aumento orçamental não é sinónimo de maior segurança. O que conta não é apenas quando se investe, mas onde se investe. Numa conjuntura marcada por múltiplas ameaças climáticas, energéticas, alimentares, sanitárias e infraestruturais, a defesa nacional não pode ser entendida num sentido restrito, limitado ao armamento.

Defender Portugal significa defender as pessoas, e isso implica investir em resiliência, prevenção e preparação para crises, áreas que, aliás, Portugal continua a subfinanciar de forma crónica.

Assim, pergunto ao Sr. Deputado Paulo Núncio e ao CDS onde está a estratégia para transformar este aumento de 25 % em segurança real para quem vive no nosso País. Se o objetivo é proteger as populações, então, os recursos devem também ser canalizados para medidas como os *kits* de emergência para todas as famílias, uma medida proposta pelo Livre e reconhecida internacionalmente como essencial por organismos de proteção civil.

O CDS votou contra. Ora, isto também é defesa nacional. Como justifica, Sr. Deputado, terem rejeitado uma proposta concreta como esta, que visa proteger os direitos das pessoas, enquanto aplaude um aumento orçamental de mais de 25 %, cuja aplicação concreta permanece por esclarecer?

Repito, garantir a segurança das pessoas também é defendê-las.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, a sua declaração política suscita três questões.

Primeira, o Governo anunciou um plano de investimento na indústria de defesa europeia e foi aprovada uma resolução do Conselho de Ministros…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual?…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … a autorizar a apresentação deste plano na Comissão Europeia no âmbito do instrumento SAFE. Como foi construído este plano? Que entidades foram auscultadas? Que contributos foram recolhidos na elaboração deste plano e na definição de prioridades? Sobre isto, o Governo ainda não se pronunciou até agora. Considera que, antes dos anúncios genéricos feitos pelo Governo, não tinha sido, no mínimo, cordial que o Governo discutisse o plano previamente na Assembleia da República, antes de o remeter para a Comissão Europeia? Afinal de contas, o Governo presta contas, aqui, na Assembleia da República, e não na Comissão Europeia. Ou não?

A segunda questão prende-se com o seguinte: como é que estes anúncios se compatibilizam com a Lei de Programação Militar? A Lei de Programação Militar não foi objeto de revisão. Portanto, pergunta-se onde é que fica a Lei de Programação Militar que este Parlamento aprovou.

Por último, considerando que o instrumento SAFE é sobre a forma de empréstimo, a questão é: qual vai ser a fatura? Quanto é que o País vai pagar por este empréstimo? Quais serão os encargos anuais para o futuro? Durante quanto tempo e a custo de quê? É porque, em torno de todo este anúncio que foi feito, aquilo que reina mesmo é a opacidade e a falta de transparência.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Núncio, dispõe de 3 minutos para responder.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, respondo, em primeiro lugar, ao pedido de esclarecimento apresentado pelo Deputado do PSD José Lago.

É verdade, Sr. Deputado, depois de uma década de abandono e esquecimento, principalmente do Governo do Partido Socialista, o Governo vai investir — é importante que isto fique claro — 5,8 mil milhões de euros no reforço da defesa nacional. E esse é um reforço em todos os domínios para renovar e para modernizar os equipamentos militares em Portugal.

É um esforço fundamental para termos, de facto, um resultado real no reforço da nossa defesa nacional. É, desde logo, um investimento fundamental para que as nossas Forças Armadas tenham mais capacidade de ação. E também é fundamental para que possamos, efetivamente, cumprir os compromissos assumidos no âmbito das nossas alianças e com os nossos parceiros internacionais, que nunca foram cumpridos no tempo dos Governos socialistas.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas, Sr. Deputado, indo ao seu ponto em concreto, este é também um investimento fundamental e que trará retorno à economia portuguesa, porque este investimento permite gerar riqueza, este investimento permite aumentar o emprego e este investimento permite aumentar a atividade da indústria de defesa nacional. Por isso, este investimento trará retorno à economia portuguesa.

Relativamente à pergunta que foi feita pela Sr.ª Deputada do Livre Patrícia Gonçalves, eu não me surpreendo que o Livre, enquanto partido de esquerda, tenha sempre grandes reservas e dificuldades em perceber a importância do investimento em defesa nacional.

Protestos da Deputada do L Patrícia Gonçalves.

O Livre é daqueles partidos que continua a viver naquela ilusão que o País não precisa de se defender porque não temos qualquer tipo de ameaça.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Nada disso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Numa altura em que as ameaças às democracias deste mundo aumentam, designadamente à portuguesa, é bom de ver, por exemplo, as declarações que foram feitas recentemente pelo Sr. Putin sobre uma possível guerra com a Europa.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Pois, por isso mesmo!…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E por isso é muito importante que os países europeus da Aliança Atlântica levem essas ameaças a sério, que os países europeus da Aliança Atlântica tenham efetivamente uma intenção séria e um compromisso real de reforçar e modernizar as suas Forças Armadas, porque só com Forças Armadas sólidas,…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Responde à pergunta!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … competentes, bem preparadas e bem equipadas nós conseguiremos defender a nossa soberania e a nossa independência.

Finalmente, em resposta à Sr.ª Deputada Paula Santos, devo dizer-lhe, Sr.ª Deputada, que o PCP nesta matéria também gosta sempre de atirar ao lado. Estamos perante o maior investimento estratégico. É investimento na defesa nacional, que são 5,8 mil milhões de euros. Nunca em Portugal se investiu tanto em defesa nacional como agora.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não respondeu às perguntas que lhe fiz! Não tem resposta, não é?

O Sr. **Presidente**: — Agradeço que os Srs. Deputados não tenham discutido o orçamento de 2011 a 2014. Se esse debate acontecesse, ia custar-me muito estar calado.

Risos.

Sr.ª Deputada Cristina Vaz Tomé, do PSD, tem a palavra para uma declaração política.

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Portugal vive hoje um momento decisivo e, ao contrário da paralisia que marcou demasiado tempo a nossa vida coletiva, este Governo entrou para cumprir, para reformar, para transformar.

Os resultados estão à vista e são claros. Os salários estão numa trajetória ascendente. Em 2024, o rendimento médio cresceu 6,7 %, o maior aumento real da OCDE. E, no terceiro trimestre deste ano, o salário médio aumentou 9 %, atingindo 1298 €.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — O salário mínimo sobe acima do previsto: 870 € em 2025, 920 € em 2026 e 1100 € no final da legislatura.

A carga fiscal e contributiva sobre os trabalhadores está a baixar. Em 2026, ficará nos 34,7 %, com uma carga fiscal de 24,1 %. Nesse mesmo ano, o País assistirá à quarta redução do IRS em apenas três anos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — As carreiras públicas estão finalmente a ser valorizadas, 21 carreiras especiais revistas e 27 acordos sindicais concluídos.

Temos mais emprego e menos desemprego, e a economia cresce de forma sustentada.

Em 2026, o PIB aumentará 2,3 %, o quinto ano consecutivo acima da média da zona euro e da União Europeia. Somos o terceiro país da União Europeia que mais cresce. A dívida pública desce de 96,9 %, em 2023, para uma estimativa de 87,8 % em 2026, abaixo da média da zona euro.

E o País é reconhecido internacionalmente. Standard & Poor's, Fitch, FMI e OCDE confirmam a credibilidade da estratégia orçamental e das reformas em curso.

Sr.ªs e Srs. Deputados, é neste contexto de crescimento, estabilidade e confiança que o País está finalmente em condições de concretizar o que tantos anunciaram, mas nunca tiveram coragem de executar. Mas o PSD cumpre, e cumpre através de três reformas estruturais — a reforma fiscal, a reforma de Estado, a reforma laboral. São três pilares essenciais para reconhecer Portugal na rota de um crescimento maior e com mais ambição.

Durante demasiado tempo, a carga fiscal aumentou. A classe média foi sufocada, o trabalho perdeu rendimento e as empresas foram tratadas como inimigas. Em abril de 2024, esse ciclo terminou. A carga fiscal começou finalmente a cair. Baixar impostos voltou a ser política e não promessa. E, em 2025 e 2026, nenhum imposto aumenta. O IRS e o IRC descem e o IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) é atualizado. São quatro reduções de IRS que devolvem 2,5 mil milhões de euros às famílias.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Repito, são quatro reduções de IRS que devolvem 2,5 mil milhões de euros às famílias.

A redução do IMT e do imposto de selo para a primeira habitação já beneficiou 60 000 jovens e a garantia pública apoiou mais de 15 000. No IRC, a redução faseada até aos 17 %, em 2028, e 15 % para as PME (pequenas e médias empresas) incentiva investimento, modernização e competitividade. Reduzimos o IVA…

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Ainda não!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — … da construção para 6 %, impulsionando a habitação.

Sem truques, sem manobras, com coragem política. O PSD cumpre porque acredita que as famílias merecem respirar e as empresas merecem crescer.

Portugal não pode continuar refém de um Estado lento, pesado e redundante. Com a reforma do Estado, este Governo está a trazer precisamente o contrário, um Estado mais simples, mais ágil e mais próximo das pessoas.

No Ministério da Educação, os serviços centrais passam de 18 para 7 entidades, os dirigentes superiores reduzem-se de 45 para 27 e as reformas semelhantes estarão concluídas nos restantes ministérios no primeiro semestre de 2026.

Foi criada a ARTE, Agência para a Reforma Tecnológica do Estado, substituindo a AMA (Agência para a Modernização Administrativa), e criada a função de diretor de sistemas e tecnologias de informação, transversal a toda a Administração Pública.

No digital são dados também passos concretos. A Loja de Cidadão Virtual disponibiliza mais de 150 serviços públicos e a carteira digital da empresa, que entrará em vigor em janeiro de 2026.

Um Estado moderno é condição para uma economia moderna e é isso que queremos construir.

Sr.ªs e Srs. Deputados, chegámos ao terceiro pilar, o da reforma laboral. Não é ideológica, não é um capricho político, é necessária, é realista, é para servir os trabalhadores e o País. O Código do Trabalho pertence a um tempo que já não existe. O mundo mudou, a economia mudou, as empresas mudaram, o emprego mudou. É

neste contexto de salários a subir, crescimento sólido e em quase pleno emprego que podemos e devemos modernizar a legislação laboral. Flexibilidade e proteção não se excluem, complementam-se.

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — É a flexibilidade!…

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Mais flexibilidade cria emprego. Mais proteção gera confiança. E ambas aumentam a produtividade.

Esta reforma será construída em diálogo, com equilíbrio e responsabilidade. Queremos um mercado de trabalho moderno, produtivo e justo. capaz de pagar melhores salários, porque produz mais e melhor, capaz de atrair e reter os nossos jovens.

Sr.ªs e Srs. Deputados, estas três reformas — fiscal, do Estado e laboral — são um projeto coerente, firme e reformista. São o contrário da estagnação, o contrário da hesitação, o contrário da resignação.

Estamos a abrir caminho para um País que cresce mais, que retém talento, que atrai investimento e que paga salários dignos, porque tem uma economia competitiva e um Estado funcional.

É com esse espírito de trabalho, coragem e transformação que o PSD governa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem 6 pedidos de esclarecimento.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, em 20 meses o Governo da AD já reduziu impostos no valor de 3,8 mil milhões de euros. É dinheiro que ficou no bolso das famílias e das empresas e que agora ajuda a economia a crescer mais do que qualquer estimativa, designadamente as estimativas do ex-governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, que se enganou em todas.

Só agora começámos na redução de impostos. No âmbito do IRS, já reduzimos quatro vezes o imposto sobre as famílias portuguesas,…

Protestos do PS.

Quatro vezes e com essas quatro reduções, devolvemos mais de 2,5 mil milhões de euros às famílias portuguesas.

Srs. Deputados, não esperam pela demora,…

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Ui! Que medo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … essas reduções irão continuar. O IRS vai continuar a baixar em Portugal, com dois efeitos fundamentais: em primeiro lugar, aumentam o rendimento disponível das famílias, mas sobretudo — é este o ponto que eu gostaria de realçar —, Sr.ª Deputada, sobretudo aumentam a liberdade das famílias de poderem dispor do seu dinheiro, do seu rendimento, gerado com o seu trabalho e isso reforça a sociedade civil.

Sr.ª Deputada, deixava-lhe a seguinte pergunta: não será essa uma das principais diferenças entre o nosso Governo, o Governo da AD e o Governo centralista, estatista e absolutamente dogmático e ideológico do Partido Socialista?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a apalavra o Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Chega.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, quero cumprimentar a Mesa, cumprimentar os Srs. Deputados, cumprimentar a Sr.ª Deputada Cristina Vaz Tomé. Sr.ª Deputada, depois da discussão que tivemos no Orçamento do Estado, a Sr.ª Deputada trouxe aqui um país das maravilhas,…

O Sr. **António Mendonça Lopes** (PS): — É tão bom que já podia ir embora!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — … mas é o país das maravilhas que o Conselho de Finanças Públicas, o Banco de Portugal, a UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental) e até à Comissão Europeia vêm dizer que as contas não estão certas e que não há espaço para o crescimento, que não há espaço para a margem orçamental e que não há almofadas financeiras.

Já a 1 de julho, o Sr. Ministro Adjunto e da Reforma de Estado trouxe e anunciou um pacote de simplificação fiscal. A Sr.ª ex-Secretária de Estado desse Governo e atual Deputada, fez zero. Foi agora trazido, a seguir à discussão do Orçamento do Estado, uma nova cartilha, a 28 de novembro, sobre medidas que vão no sentido da sua intervenção.

Mas falta a visão estratégica do Estado. O Estado não decide e adia, após anunciar. Tem sido uma constante. Remove entraves e cria barreiras. Não funciona como motor de desenvolvimento, mas sim como obstáculo, sempre com mais papéis e menos decisão.

Não há reforma do Estado. Bem que gostaríamos que houvesse, mas isto não elimina gorduras, por muito que diga que vai reduzir, isso não faz sentido.

Na reforma fiscal é uma verdadeira aventura. Diz que reduziu, mas o que nos trouxe foi, apenas e só, no Orçamento do Estado, um aumento de quase 3 mil milhões de euros, passando para 67 mil milhões de euros, aumentando os impostos em 4,4 % acima da inflação.

O que dizer do que nos trouxe da reforma laboral? A precariedade vai aumentar. A questão da proteção jurídica não vai proteger os trabalhadores, não vai criar sustentabilidade. Portanto, Sr.ª Deputada, pergunto-lhe: onde é que está a reforma fiscal, onde é que está a reforma laboral e a reforma de Estado que tanto apregoa?

Vozes do CH: — Muito bem!

Aplauso do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Cristina Vaz Tomé, tem a palavra para responder. Dispõe de 3 minutos.

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Sr. Presidente, respondendo à primeira questão do Sr. Deputado Paulo Núncio, sim, de facto há aqui um fosso entre o lado esquerdo da bancada e o lado direito. Na verdade, nós acreditamos na liberdade do cidadão, na liberdade de escolha e, com o aumento ou redução do IRS, há uma capacidade de o cidadão poder escolher onde é que quer investir e onde é que quer gastar o seu dinheiro. Por isso, isto é o que nos distingue entre a direita e a esquerda.

Respondendo ao Deputado Eduardo Teixeira, bom, não somos nem o país das maravilhas, nem a noite das trevas. Portanto, relativamente à reforma fiscal, os factos são evidentes — eu volto a repetir, se quiser volto a ler a parte do meu discurso —, tivemos e houve, de facto, mais de 2,5 mil milhões de disponibilidade financeira para as famílias portuguesas neste ano e meio, em que o Governo da AD está a governar.

Por outro lado, daquilo que eram as propostas que nos fizeram chegar do Chega, tínhamos cerca de 5 mil milhões de aumento de despesa do Estado, o que nos levaria novamente à bancarrota…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah! O PS?!…

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — … e, como todos nós já experienciámos, os portugueses já experienciaram toda essa situação e ninguém quer voltar a repetir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Relativamente à reforma do Estado e à reforma laboral, mas começando com a do Estado, o Sr. Ministro Gonçalo Matias já várias vezes disse que isto não é uma reforma *flash*.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É devagar ou parada!…

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Por isso, estão a ser tomadas medidas, começando com o Ministério da Educação. Estão a ser feitas coisas pontuais, mas está prevista, de facto, um anúncio de reforma, mais profunda, a partir do primeiro semestre do próximo ano e até ao final da legislatura.

No que respeita à reforma laboral, foi apresentado um anteprojeto para ser discutido em sede de concertação social. Portanto, também não percebo qual a urgência para que essa reforma tem de ser já imediata, quando o objetivo do Governo é, precisamente, discutir com todos os representantes em concertação social aquilo que será a nova reforma laboral.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Eduardo Teixeira, quer fazer uma interpelação à mesa?

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, queria que fosse distribuído o quadro da receita fiscal do Estado, em que fica aqui bem explícito que o aumento de impostos foi 4,9 % em impostos indiretos, e dizer, Sr. Presidente, por seu intermédio,…

Protestos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Não, não, não vai dizer mais nada por meu intermédio. Não é complicado, é muito simples: vai juntar o documento. Mais alguma coisa?

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Apenas, e só, dizendo,…

O Sr. **Presidente**: — Não, não vai dizer mais nada. É para juntar o documento.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Será entregue e comprova que não é verdade. Muito obrigado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Agora, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Cristina Vaz Tomé, a Sr.ª Deputada referiu três reformas e eu vou-me focar na reforma do Estado.

O Governo tem apresentado a chamada «reforma do Estado» e a fusão de organismos públicos como sinónimo de modernização e eficiência. No entanto, para quem trabalha e para quem depende diariamente dos serviços públicos, cresce a preocupação de que estas fusões possam significar, na prática, a perda de proximidade, de qualidade, de investimento e de capacidade de resposta nas áreas essenciais como a educação, a saúde, a proteção social e o ambiente.

Fazem-se fusões, mas multiplicam-se novas direções. Transferem-se antigos funcionários e nomeiam-se novos. Pergunta-se, por isso, está garantido que antes de cada decisão existe uma avaliação de impacto que considere não só a poupança orçamental, mas também os efeitos sobre os direitos das pessoas, a coesão territorial, a transparência democrática e as condições de trabalho nas administrações e nos serviços?

Na educação, por exemplo, cria-se uma agência, retiram-se funcionários do Plano Nacional de Leitura e das bibliotecas escolares e reclama-se eficiência. Onde? Onde é que está a eficiência na educação? Apenas se conseguiu devolver às escolas umas dezenas de professores e diminuir a ação destes organismos.

No ambiente, diz o Sr. Ministro Adjunto e da Reforma do Estado que primeiro será a energia e só depois o ambiente. Mas, depois, a Sr.ª Ministra nega que vai fundir a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas). Em que ficamos? Num País tão desigual como Portugal, como assegura o Governo que esta reforma não se traduz numa «recentralização» opaca, em perda de conhecimento especializado e em maior precariedade laboral? Ou a chamada reforma do Estado é, afinal, apenas uma operação contabilística, orientada por metas orçamentais e não por uma visão de reforço do serviço público e da democracia?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP; tem a palavra.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, na intervenção da Sr.ª Deputada, não houve espaço para falar do dia-a-dia de quem trabalha, de quem trabalhou uma vida inteira, porque essas dificuldades de quem sai de madrugada, de quem chega tarde, de cujo salário é baixo e tem de estar sempre a fazer contas para conseguir comprar os alimentos, para se alimentar a si e à sua família, esteve ausente da sua intervenção.

A realidade do nosso País também não esteve presente.

Quando falo da realidade, falo dos 2 milhões de portugueses em risco de pobreza, falo dos 2,5 milhões de trabalhadores com salário bruto inferior a 1000 € e destes, 800 000 auferem somente o salário mínimo nacional. Falo de 1 milhão e 300 000 trabalhadores com vínculos precários, dos quais jovens com menos de 25 anos, 50 % desses jovens têm vínculo precário.

Falo dos cerca de 1 milhão de reformados, cuja pensão é até 510 €.

Falo do milhão e meio de utentes sem médico de família, do encerramento das urgências de ginecologia e obstetrícia, dos alunos sem aulas por falta de professores, do aumento de preços de bens e serviços essenciais. Ainda há dias era notícia o aumento dos preços dos alimentos e daquilo que já se está a perspetivar de aumento para 2026.

Falo do aumento do preço da habitação que, no segundo trimestre de 2025, aumentou 19 %, atingindo um novo recorde.

Esta é a realidade de todos os dias, de quem trabalhou uma vida inteira e que, para estes, da parte do PSD e do CDS, nem uma resposta, nem uma solução para resolver estes problemas e para melhorar as suas condições de vida, mas naquilo que referiu na sua intervenção, não faltou. Quando fala das questões fiscais, quando fala da reforma do Estado ou quando fala da reforma laboral, nas suas palavras, esta declaração de guerra aos trabalhadores, o que significa é sempre o favorecimento de quem tem beneficiado com as políticas de direita, que são os grupos económicos. Isto deixa bem claro para quem serve, para quem está a servir e para quem está a governar neste Governo. É para os grupos económicos,…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra à Sr.ª Deputada Cristina Vaz Tomé. Dispõe de 3 minutos.

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Sr. Presidente, respondendo primeiro à Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre, de facto, a reforma do Estado, como eu referi, também aqui, ao Deputado Eduardo Teixeira, não é uma reforma do Estado *flash* e vai levar o seu tempo, porque é preciso perceber, conhecer os processos que estão no terreno, perceber as redundâncias que existem, as entidades e as instituições que se sobrepõem em termos daquilo que é o serviço. Mas há um princípio que este Governo tem na reforma de Estado, que é pôr o cidadão no centro, perceber como é que estas entidades que prestam serviço público respondem ao cidadão, se respondem atempadamente, quais os níveis de serviço e se, efetivamente, estão a prestar os serviços que deverão prestar.

Por isso, esta reforma pretende criar sinergias, pretende eliminar redundâncias, pretende dar resposta, efetivamente, ao utente e, um aspeto muito importante — também já foi dito aqui há pouco — tem a ver com os sistemas de informação, tem de haver, de facto, interoperabilidade entre os sistemas de informação.

Há uma diversidade muito grande dos diferentes ministérios, sistemas de informação que não falam dentro do ministério entre eles, que foram desenvolvidos, a seu tempo, por funcionários do ministério, porque, de facto, precisavam de uma ferramenta digital que os ajudasse a ser mais rápidos e a conseguir ter um maior controlo sobre os processos. Mas isso, hoje em dia, a realidade mudou e nós não podemos continuar a conviver com sistemas que não podem ser atualizados e não conseguem conversar com outros sistemas. Portanto, todo este processo vai levar tempo e, para ser feito com consistência e qualidade, não vai ser feito em seis meses, nem muito menos em doze meses.

Portanto, relativamente às questões concretas que levantou, são temas que estão a ser discutidos com o Governo e dentro do Governo. Portanto, não tenho resposta para lhe dar.

Relativamente às questões da Deputada Paula Santos, de facto, nós não fazemos declarações de guerra aos trabalhadores, nós valorizamos os trabalhadores…

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É! Por isso é que querem tirar-lhes os seus direitos! E aumentar o salário mínimo? Isso é que era!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — … e é por isso que baixámos o IRS, é por isso que estamos a aumentar o ordenado mínimo nacional…

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Quatro vezes!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — … mais cedo do que era suposto aumentar e o ordenado médio também está a aumentar.

Estamos a falar para os jovens em termos de política de habitação, a subir os salários para os reter cá, porque nós queremos os nossos jovens, aqueles que querem ficar em Portugal,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — … nós queremos retê-los cá e que eles tenham carreiras e que tenham futuro.

Temos também muito respeito pelos trabalhadores que trabalham, saem de manhã muito cedo, antes do sol nascer, chegam a casa muito tarde depois do pôr do sol e muitas vezes têm mais que um emprego…

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — E que andam nos transportes públicos que os senhores querem parar!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — … e que andam nos transportes públicos. E por isso que nós, não sendo contra a greve, respeitamos a greve, somos contra posições ideológicas…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É por isso que os trabalhadores fazem greve! Por não lhes aumentarem os salários!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — … e táticas de promover greves quando se quer discutir e iniciar discussões sobre os assuntos.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Portanto, para nós, o Governo e o grupo do PSD, estes temas não são de hoje, nem são de há um ano. São temas que resultam, se calhar, do silêncio dessa bancada durante oito anos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da IL, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Cristina Vaz Tomé, vou começar por elogiá-la, porque daquele púlpito esteve em linha com aquilo que faz o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, portanto, no mesmo partido há aqui uma coerência, que é chegar, anunciar reformas, prender a atenção dos portugueses e depois os portugueses ficam um pouco como aquela imagem do John Travolta, à procura das reformas.

E porque é que eu digo isto? Porque nos primeiros 2 minutos da sua intervenção esteve a falar de uns miminhos no IRS, portanto, de valorização de salários e da valorização das carreiras públicas; portanto, aquilo que fez foi estar 2 minutos a falar de baixa de receita fiscal e de aumento da despesa pública. Preciso de perceber, porque quando criticam a Iniciativa Liberal por uma proposta relativamente ao IRS custar 3000 milhões, depois não podem estar sempre a dizer que andaram a baixar 3000 milhões de IRS. Portanto, fico sem perceber se estamos a falar com um PSD que à segunda-feira critica a baixa de IRS de 3000 milhões, ou com o que à terça-feira acha que é bom baixar os 3000 milhões de IRS. Precisamos de perceber isso.

Depois, ao final dos 2 minutos e 10 segundos, então, anunciou que iria falar de algumas reformas. Dou de barato que exista algum gradualismo e que um Governo, no espaço de um ano, não consiga fazer logo reformas em seis ou sete áreas e cingiu-se a três. Portanto, não falou da reforma da saúde, em que até poderíamos ter dado alguns *inputs* por conhecimento de causa, porque é que não se faz essa reforma. Depois, poderia também falar da reforma da segurança social, da justiça; não falou dessas, cingiu-se a três: à fiscal, à do Estado e à laboral.

Quanto à fiscal, parece que aquilo que estão a fazer é mais uma dieta fiscal. A história do IVA da construção: o IVA da construção ainda não foi reduzido, apresentaram agora a proposta do Governo, mas, que fique claro, os portugueses sabem que ainda não baixou.

Protestos do PSD.

Portanto, não vamos entrar aqui na disputa da semântica, porque senão também temos de explicar a alguns que aumento de receita fiscal não é aumento de impostos.

Falou também da questão da reforma do Estado e só se referiu a fusões. Esperemos que não aconteça aquilo que aconteceu com a reforma das secretarias-gerais, que foi o aumento da despesa, senão, não é reforma nenhuma.

Na vertente laboral também não foi muito a fundo, mas eu só queria perguntar: a reforma laboral vai ser como as outras, que é uma entrada de leão e depois uma saída de sendeiro?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Porfírio Silva, do Partido Socialista. Faça favor.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Cristina Vaz Tomé, o Partido Socialista não é daquelas oposições que dizem que está tudo mal, porque uma oposição que diz que está tudo mal não está preparada para ser oposição.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Eh! Eh!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Mas também um Governo que diz que está tudo bem é um Governo que não está preparado para fazer o seu trabalho, porque significa que está cego à realidade.

A Sr.ª Deputada parece esquecer que, passadas umas 24 horas da aprovação do Orçamento do Estado, o Governo já tinha feito os portugueses pagarem mais impostos de cada vez que iam à bomba da gasolina — esquece isso.

A Sr.ª Deputada parece esquecer que está em curso uma ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, e nisso o Partido Socialista está muito à vontade, porque nós sempre fomos a favor da liberdade sindical, em 1975 e agora também. Não nos esquecemos da História, mas este Governo parece ser contrarrevolucionário, no pior sentido do termo.

A Sr.ª Deputada parece esquecer, quando fala do preço da habitação, que as medidas que este Governo tomou, o que fizeram foi aumentar o preço da habitação.

A Sr.ª Deputada parece esquecer, quando fala da reforma do Estado, que estão a fazer um tipo de reforma do Estado que parece a forma de traçar fronteiras nacionais em África, a régua e esquadro, e vê-se o resultado desse método cego de reforma do Estado, ou de pseudorreforma do Estado, com aquilo que aconteceu à FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), que a única coisa que fez foi deixar a investigação científica neste País preocupada com aquilo que vai acontecer.

A Sr.ª Deputada esquece a fraca execução do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)…

Risos de Deputados do PSD e da IL.

… e esquece que a reprogramação que quiseram fazer foi uma reprogramação sem ouvir ninguém, sem ouvir sequer a Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, sem ouvir sequer o Parlamento.

A Sr.ª Deputada esquece até a má vontade do Governo para funcionar em democracia. O Sr. Ministro da Educação, que dizia que o descongelamento das propinas era uma coisinha muito «poucochinha», e depois, quando foi chumbada, afinal já era um rombo no Orçamento. E a seguir vem o Sr. Ministro zangado com as decisões do Parlamento, coisa que não é normal num Governo democrático, numa democracia.

Portanto, Sr.ª Deputada, o que quero perguntar é: quando é que acaba a campanha eleitoral e começam a governar?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para dar esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Cristina Vaz Tomé. Faça favor, tem 3 minutos.

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, acho que chamar «miminhos» a uma devolução de 2,5 mil milhões de euros…

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — … em dois anos aos portugueses é uma ofensa às famílias que, de facto, têm baixos rendimentos.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Isso mesmo!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — É verdade!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Portanto, acho que nós não nos revemos nisto…

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Diga isso ao PCP!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — … e, portanto, achamos que «miminhos» não é a palavra mais adequada.

Sobre o IVA da construção, o Governo já aprovou, falta o Parlamento aprovar.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

Voz da IL: — Então, não baixou!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Já agora, relativamente ainda aos miminhos, acho que era importante também passar aqui um miminho ao Sr. Deputado Eduardo Teixeira, oferecendo-lhe um dicionário, para explicar a diferença que existe entre um aumento da receita da coleta…

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Também é verdade!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — … e o aumento dos impostos.

O Deputado do CH Eduardo Teixeira fez o gesto de estar a meter algo nos bolsos.

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Se calhar já percebeu.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Dos portugueses!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Não, aqui não há dinheiro nos bolsos, o dinheiro é para os portugueses. Ainda bem que este assunto é discutido aqui no Plenário, que é para os portugueses ouvirem.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Acho bem!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Relativamente ao Sr. Deputado Porfírio Silva, bom, se estivesse tudo bem no Governo não seriam precisas reformas: não seria preciso a reforma fiscal, não seria preciso a reforma do Estado, nem seria preciso a reforma laboral.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Só do Governo!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — E nós não temos aqui a perspetiva de ser Gago Coutinho, a andar a fazer aqui a definição das fronteiras de Angola, em tempos passados.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Gago Coutinho?!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — É um exemplo, é um exemplo de definição de fronteiras, a régua e esquadro. Mas…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Gago Coutinho?! Que confusão!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Gago Coutinho, sim, sim! Gago Coutinho! Sim, Gago Coutinho!

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — É o Gago Coutinho e o Sacadura Cabral!

Risos.

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Bom, relativamente ao preço das casas, no tempo do PS, de facto, duplicou o valor das casas…

O Sr. Alexandre Poço (PSD): — É verdade! Dez anos!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — … e os salários não acompanharam.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Deixe de falar do Governo anterior, fale do seu! Deixe lá a cassete!

A Sr.ª **Cristina Vaz Tomé** (PSD): — Este Governo…

Protestos do PS.

… está a reduzir impostos, está a tentar melhorar a vida dos jovens para os reter cá e para que eles consigam comprar casas,…

Aplausos do PSD.

… consigam constituir família e ter melhores empregos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Vamos para a última declaração política. Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP. Faça favor.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Na minha modesta e humilde opinião, Portugal vive hoje um tempo pesado, um tempo de inquietação e de fadiga coletiva. Aquilo que enfrentamos já não é apenas uma crise social ou política, é uma crise de confiança, de valores e, permitam-me dizê-lo, de sentido.

Os cidadãos sentem que deram mais do que tinham para dar e continuam sem ver o retorno. Enquanto o País real luta, dia após dia, para manter a dignidade, o País político parece desfocado das dificuldades diárias dos portugueses, absorvido por estratégias de sobrevivência. Este clima torna-se ainda mais evidente neste momento particular, em que entrámos num novo ciclo político, com o Presidente da República a aproximar-se do fim do seu mandato e com uma pré-campanha já a decorrer e em ebulição nos média.

A sociedade olha para os candidatos, ouve as suas ideias e promessas, avalia os discursos e pergunta com razão: será desta vez que alguém estará verdadeiramente ao lado do povo? Ou será mais um capítulo na longa novela da política portuguesa, onde se promete e tão pouco se cumpre?

Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, o Governo apresenta anúncios, conferências e narrativas sobre o futuro. Mas o Estado falha: falha no essencial, que é, em alguns casos, proteger o presente. Falha em garantir serviços públicos que funcionem. Falha em defender quem trabalha e falha em assegurar um Estado que sirva, com eficiência, aqueles que o sustentam.

Na saúde, vemos um verdadeiro drama humano: listas de espera que se estendem por meses ou anos; profissionais que abandonam o Serviço Nacional de Saúde porque já não aguentam; famílias que recorrem às urgências como último recurso, apenas para encontrar portas fechadas e falta de meios. Perante isto, o Governo fala em reformas estruturantes — e bem —, mas as pessoas só veem corredores vazios e a angústia de não saber quando ou se terão atendimento.

Na habitação, o cenário é igualmente devastador: jovens empurrados para longe das suas terras, das suas famílias e dos seus sonhos, porque é impossível pagar a renda, construir ou comprar casa a preços minimamente justos. A mensagem subliminar que é passada a muitos jovens é esta: adaptem-se, desistam, esperem mais um pouco, talvez um dia… mas quem vive de adiamentos acaba, mais tarde ou mais cedo, por abandonar o País.

Mas o Estado continua gordo, lento e incapaz de cortar naquilo que verdadeiramente lhe cabe cortar. É sempre mais cómodo exigir sacrifícios aos mesmos de sempre, àqueles que já vivem no limite.

Portugal continua a avançar a duas velocidades e as promessas de coesão territorial tornam-se, elas próprias, uma piada amarga. O interior é muitas vezes ignorado, as regiões autónomas são lembradas apenas

quando convém à propaganda, e quando alguém denuncia esta desigualdade gritante é acusado de regionalista ou de defender o regionalismo, como se lutar pela justiça territorial fosse um crime político, como se Portugal não fosse um país de regiões.

E é neste ambiente, nesta névoa densa entre frustração e descrença, que o País entra numa pré-campanha presidencial. E, na verdade, aquilo que vejo e sinto é que os portugueses olham para a República e querem muito mais do que uma figura simbólica, cerimonial ou distante. Querem um Presidente que não seja apenas um guardião da Constituição, mas um guardião do povo. Querem alguém que saiba ouvir, que saiba unir, que saiba intervir quando for preciso recuar e avançar quando for necessário. E, acima de tudo, querem alguém que não trate Portugal como um cenário, mas sim como um lar coletivo.

O que o País pede hoje não é nada de extraordinário, não é uma revolução, não é um milagre: o que o País pede é decência, é verdade, é responsabilidade, é coragem moral. Portugal precisa de representantes que ponham o cidadão à frente dos partidos; que coloquem o interesse nacional acima do interesse eleitoral; que não tenham medo de enfrentar clientelas, lóbis ou poderes instalados; que assumam posições difíceis, mesmo quando lhes custa politicamente; e que façam política para servir e não para sobreviver.

E é isso que hoje afirmo aqui, sem qualquer hesitação: enquanto continuarem a tratar Portugal como um palco onde se representam peças mal ensaiadas, enquanto continuarem a governar como se as pessoas fossem figurantes e não protagonistas, haverá sempre quem se levante para dizer: basta!

Nós, eu e o JPP, estamos e continuaremos a estar exatamente para isso: para dar voz aos que foram silenciados, para lembrar que a democracia não é propriedade de partidos, mas das pessoas; para garantir que nesta campanha presidencial, ou em qualquer outro momento, ninguém se esquece de que Portugal é, acima de tudo, um país de gente real, com vidas reais e com urgências reais.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento. Prefere responder um a um ou aos dois em conjunto?

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, responderei em conjunto.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Aleixo.

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Filipe Sousa, queria dar-lhe os parabéns pela sua intervenção e dar-lhe as boas-vindas ao Chega,…

Risos de Deputados do CH.

… porque, no final, só faltou dizer: Chega e viva o Chega!

De facto, os temas que aborda são, realmente, bastante relevantes, porque fala de responsabilidade política, e a responsabilidade política, mais do que se afirmar, traduz-se em escolhas transparentes, em prioridades claras e em capacidade de assumir consequências.

A inquietação social que também referiu não é uma abstração, é um sinal de problemas concretos acumulados ao longo de décadas de governos desastrosos, muitos deles do Partido Socialista — que estão a aí ao pé de si e poderão explicar-lhe porque chegámos aqui.

Por isso, temos de apostar e exigimos respostas ponderadas, executáveis e não apenas diagnósticos genéricos.

É sabido também, e falou disso, que a confiança dos cidadãos na política não se reconstrói só com declarações; reconstrói-se com resultados, com clareza nas contas públicas, com segurança nas ruas, com serviços públicos que funcionem, com um interior que deixe de ser sacrificado e com políticas económicas que devolvam estabilidade às famílias — aliás, políticas e problemas que o Chega tem atacado desde o primeiro dia.

Vozes do CH: — Exatamente!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — No entanto, esta inquietação social sente-se em várias partes do País, e não são só perceções; são, sim, a constatação de que muitas áreas permanecem sem resposta, de que o Estado oscila entre o excesso de intervenção e a ausência de presença onde realmente faz falta.

Ora, essa responsabilidade política impõe-se por quem denuncia inquietações, como o Sr. Deputado fez, mas também a quem está, na hora de decidir, ao lado de quem propõe soluções. E aí é que subsiste a contradição que o JPP não tem conseguido ultrapassar, porque no Orçamento do Estado que acabámos de discutir, em muitas das propostas que apresentámos para resolver os problemas que acabou de referir, não pudemos contar com o apoio do JPP e essa é uma coisa que o JPP terá de esclarecer.

Por isso, a pergunta que lhe faço é se o Sr. Deputado vai continuar ao lado da extrema-esquerda, que pretende perpetuar a situação que hoje em dia vivemos e que acabou de relatar, ou se, de uma vez por todas, se junta ao Chega para resolvermos os problemas deste País.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Emanuel Câmara, do Partido Socialista.

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, de facto, como madeirense, naturalmente que estou satisfeito com a sua intervenção, porque estou cá há cerca de um mês e parece que o problema da direita, das bancadas que estão aqui à minha frente, é o Partido Socialista!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porque será?!

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — De facto, em qualquer intervenção que fazem é para deitar abaixo o Partido Socialista. E é preciso vir um homem da Madeira fazer uma intervenção com pés e cabeça, aliás, elogiada pelo Chega — tiveram essa atenção —, mas que, na prática, nada faz.

O Partido Socialista demonstrou e demonstra, claramente, que é um Partido responsável. Nós estamos cá com responsabilidade de Estado. Nós estamos cá e a prova disso é… Deixei-me que faça este aparte: desde pequeno que aprendi que só se jogam pedras às árvores que têm fruto. É por isso que entendo e percebo porque é que a direita — o Chega, o CDS, a IL — está constantemente a pôr em causa a nossa intervenção e o nosso trabalho aqui no Parlamento.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (CH): — A IL!

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — Mas se, hoje em dia, o Governo da direita encontrou as condições que encontrou, foi devido ao trabalho do Partido Socialista, que durante oito anos deixou condições para governarem.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Aliás, dou-vos um conselho:…

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Não precisamos!

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — … populismo é toda aquela demagogia que é vossa e que está a ser demonstrada, claramente,…

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Foi a esquerda!

O Sr. **Emanuel Câmara** (PS): — … neste Governo de direita suportado pelo Chega e pela IL. Portanto, vê-se claramente essa situação. E, mais uma vez, o Partido Socialista mostrou responsabilidade ao viabilizar o Orçamento do Estado para que o País não mergulhasse na desgovernação durante o próximo ano.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito rapidamente, Sr. Presidente, é para o Sr. Presidente dizer ao Sr. Deputado Emanuel Câmara que…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não posso ir por aí…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … o seu pedido de esclarecimento não era ao Deputado Pedro Pinto nem ao Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não posso…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É só para explicar isso.

O Sr. **Presidente**: — Para responder aos dois pedidos de esclarecimento, dou a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Aleixo, sempre me identifiquei e vou continuar a identificar-me como um homem de esquerda, e com muito orgulho.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem, era isso que nós e os madeirenses precisávamos de saber!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Na minha experiência política, sempre tive a capacidade, a humilde capacidade, de olhar para os problemas reais que afetam — não só a nível local — as autarquias, as regiões e o País. Sempre tive essa humildade e sempre soube reconhecer aquilo que de bom se faz na política, seja da direita, da extrema-direita, da extrema-esquerda ou do centro. Felizmente, sempre tive essa capacidade.

E são precisamente esses ensinamentos que a vida me deu durante o curto espaço de tempo em que estou na política — por falar de experiência política, daquilo que acumulei nas autarquias —, que me trazem a esta Casa com este discurso de construir e não de destruir.

Por isso, fico com alguma satisfação, mas algumas reservas, porque os temas que aqui trago, trago-os porque sinto o pulsar das pessoas lá fora. Eu ando na rua e as pessoas transmitem-me com a maior seriedade os problemas que as afetam e eu trago para esta Casa, numa abordagem mais sumária, as preocupações que afligem a população deste País.

A minha missão é precisamente essa. Mas, como o Sr. Deputado falou, e bem, do Orçamento do Estado, eu gostaria que enumerasse, se for possível, quais foram as iniciativas que o JPP ou eu próprio inviabilizei que tivessem um toque social e a capacidade de diminuir o impacto negativo que as políticas do Governo têm sobre a população portuguesa.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Como subir os salários reduzindo o IRS!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Tenho tido a preocupação de olhar com alguma seriedade para todas as propostas, e, dentro das minhas capacidades, tenho dado um contributo sério — aliás, apresentei 50 propostas, 17 delas fazendo referência às ilhas, especificamente à ilha da Madeira — e fico com alguma mágoa quando

vejo partidos que poderiam olhar para as nossas propostas com cabeça, tronco e membros e aqui, sim, dar um toque de justiça às regiões autónomas, mas não o fazem.

Por isso, Sr. Deputado João Aleixo, agradeço a sua abordagem e com orgulho repito que me sinto um homem de esquerda e vou continuar sempre a sê-lo.

Quanto ao Deputado Emanuel Câmara, parceiro de longa data em termos autárquicos, não me fez uma pergunta concreta. Conheço já há muitos anos o Sr. Deputado Emanuel Câmara, homem de luta, homem de trabalho sério — aliás, os resultados eleitorais no município de Porto Moniz mostram bem o trabalho sério que o Emanuel Câmara desempenhou à frente do respetivo município.

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminou bem este nosso debate.

Antes de os Srs. Deputados saírem, dou a palavra ao Sr. Secretário da Mesa, que tem um anúncio para fazer.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, é para anunciar à Câmara a retirada do Projeto de Resolução n.º 363/XVII/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Espanha.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a próxima reunião será amanhã, às 15 horas, com a seguinte ordem do dia: ponto 1 — Discussão conjunta da Proposta de Lei n.º 30/XVII/1.ª (GOV) — Procede à revisão da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, alterando, ainda, a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, e a Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior, e dos Projetos de Lei n.ºs 41/XVII/1.ª (CH) — Altera o regime jurídico das instituições de Ensino Superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, 83/XVII/1.ª (PS) — Clarifica o regime especial de titularidade de instituições de ensino superior por entidades públicas resultante do processo de revisão do regime jurídico das assembleias distritais, 252/XVII/1.ª (PCP) — Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (Terceira alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior), 264/XVII/1.ª (PAN) — Altera o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, 270/XVII/1.ª (BE) — Altera o regime jurídico das instituições do ensino superior reforçando o funcionamento democrático das universidades e extinguindo o regime fundacional, e 276/XVII/1.ª (PS) —Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro.

Ponto 2 — Apreciação do Projeto de Resolução n.º 388/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a reformulação da conta-corrente do contribuinte-beneficiário, reforçando a dimensão didática sobre a afetação dos impostos.

Ponto 3 — Discussão conjunta do Projeto de Resolução n.º 36/XVII/1.ª (L) — Recomenda a criação do programa «Semana de quatro dias de trabalho» no setor privado e no setor público, dos Projetos de Lei n.ºs 263/XVII/1.ª (PAN) — Assegura mais tempo de descanso e lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado, 269/XVII/1.ª (BE) — Consagra as 35 horas como período normal de trabalho no setor privado (Vigésima sexta alteração ao Código do Trabalho) e dos Projetos de Resolução n.ºs 7/XVII/1.ª (BE) — Alarga a implementação do projeto-piloto da semana de quatro dias de trabalho, 331/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que crie incentivos às empresas que adotem práticas amigas da conciliação do trabalho com a família, 353/XVII/1.ª (PS) — Pelo alargamento da experiência da «semana de quatro dias» nos setores privado e público, e 376/XVII/1.ª (PSD) — Por uma melhor conciliação entre a vida pessoal e profissional dos trabalhadores, no mercado de trabalho português.

Ponto 4 — Discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 220/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que garanta a equidade entre carreiras, promovendo um novo acelerador para a Administração Pública equivalente à recuperação da totalidade do tempo de serviço dos professores, 328/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a reposição, criação e valorização das carreiras na Administração Pública e a revogação do

SIADAP, 340/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um novo acelerador do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores da função pública, 342/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que assegure uma regularização eficiente das carreiras da função pública, atendendo aos períodos de congelamento, com vista a repor a justiça e dignificar os trabalhadores, 345/XVII/1.ª (BE) — Por uma justa progressão na Administração Pública, 348/XVII/1.ª (L) — Recomenda a criação de um regime de aceleração de carreiras para toda a Administração Pública, e 349/XVII/1.ª (L) — Recomenda acelerar o processo negocial de revisão e valorização das carreiras especiais da Administração Pública.

Ponto 5 — Discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.os 50/XVII/1.ª (IL) — Compromisso pela reprivatização da TAP, 334/XVII/1.ª (PCP) — Avaliação, valorização e defesa da TAP no contexto da economia nacional, 335/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a assunção de uma solução de equilíbrio na reprivatização da TAP, 341/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que, no âmbito do processo de reprivatização da TAP, S.A., assegure a defesa do interesse público, a proteção dos trabalhadores, a manutenção de rotas estratégicas e o cumprimento das metas ambientais e 352/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que assegure condições especiais na aquisição de ações da TAP por parte dos seus trabalhadores.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão. Boa noite.

Eram 18 horas e 25 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.